

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

**Bolsista:** Giovana da Silva Gouvêa

**Linha de Pesquisa:** Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

**Período de Coleta:** 01 de agosto de 2023 até 31 de agosto de 2023

Data da notícia: **01/08/2023**

**Título: Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, decide STF**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/01/tese-da-legitima-defesa-da-honra-e-inconstitucional-decide-stf>

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideraram inconstitucional o uso do argumento da "legítima defesa da honra" em casos de feminicídios. A corte considerou que a tese contraria os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero.

A partir de agora, a "legítima defesa da honra" não poderá ser usada como argumento por nenhuma parte do processo, sejam advogados, policiais ou juízes. A proibição vale para a fase de investigação e também em tribunais.

O julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779 foi concluído nesta terça-feira (1º). Todos os ministros votaram com o relator do caso, Dias Tóffoli, que afirmou que a "legítima defesa da honra não é, tecnicamente, legítima defesa" e que a tese não encontra amparo na legislação brasileira.

"A chamada 'legítima defesa da honra' corresponde, na realidade, a recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de

feminicídio ou agressões contra mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões, contribuindo imensamente para a naturalização e a perpetuação da cultura de violência contra as mulheres no Brasil", proferiu Toffoli em seu voto, realizado em 2021.

Também em 2021, o ministro Gilmar Mendes classificou a tese como inadmissível, "visto que pautada por ranços machistas e patriarcais", que fomentam um ciclo de violência de gênero na sociedade.

Já a ministra Cármen Lúcia fez alusão ao caso emblemático de Angela Diniz, assassinada em 1976. O seu assassino foi seu ex-companheiro, Doca Street, que acabou inocentado com base na tese da legítima defesa da honra.

Data da notícia: **02/08/2023**

**Título: Hacker disse que Bolsonaro perguntou se era possível invadir urna eletrônica**

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/hacker-disse-que-bolsonaro-perguntou-se-era-possivel-invadir-urna-eletronica/>

O hacker Walter Delgatti Neto, preso nesta quarta-feira (2) pela Polícia Federal (PF), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) o questionou se seria possível invadir uma urna eletrônica.

A declaração de Delgatti, investigado por invasão em sistemas do Poder Judiciário, é citada na decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que autorizou a operação desta quarta.

Delgatti disse que se encontrou com Bolsonaro no Palácio da Alvorada, em Brasília, e foi perguntado se “munido do código-fonte, conseguiria invadir a urna eletrônica”.

O hacker disse que “isso não foi adiante” porque o acesso dado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao código-fonte “foi apenas na sede do Tribunal” e ele “não poderia ir até lá”.

De acordo com fontes ouvidas pela CNN, Bolsonaro ficou sabendo da operação por volta das 7h30 desta quarta-feira. O ex-presidente teria dito a advogados que ficou em silêncio em reunião com hacker e tranquilizou sua defesa afirmando que tem “zero” preocupação com ação.

Sobre o encontro com Bolsonaro, em declaração à imprensa nesta quarta, Zambelli alegou que Walter Delgatti ofereceu ao Partido Liberal (PL) um “serviço de participar de uma espécie de auditoria das urnas eletrônicas durante os primeiros e segundo turnos” e, em seguida, foi conhecer Bolsonaro “porque disse que teria muitas informações sobre tecnologia”.

Data da notícia: **02/08/2023**

**Título: Moraes vota para descriminalizar porte de maconha para uso pessoal; STF volta a adiar julgamento**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/02/moraes-vota-para-descriminalizar-porte-de-maconha-para-uso-pessoal-stf-volta-a-adiar-julgamento>

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a adiar, nesta quarta-feira (2), o julgamento da ação que definirá se é constitucional criminalizar alguém por portar drogas para consumo próprio. O ministro Alexandre de Moraes proferiu voto a favor da descriminalização de usuários de maconha e a definição de parâmetros legais para distinguir entre usuários e traficantes.

Após a leitura do voto de Moraes, o ministro Gilmar Mendes, que é relator do processo, pediu mais tempo para análise.

A ação põe em debate a interpretação do artigo 28 da Lei de Drogas (11.343/2006). O processo estava parado na Suprema Corte desde 2015, quando o ministro Teori Zavascki pediu vista. Moraes, que herdou os processos de Zavascki, proferiu seu voto nesta quarta.

Até então, três ministros já haviam se posicionado a favor de algum tipo de descriminalização: Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Moraes se juntou a essa interpretação, mas defendeu que a Corte defina uma quantidade de maconha para separar o usuário do traficante. Para o magistrado, deve ser entendido como usuário aqueles que portarem entre 25 e 60 gramas de maconha.

### **Tratamento isonômico**

Moraes citou estudo feito junto à população carcerária de São Paulo que demonstra que os agentes do estado têm feito uma interpretação arbitrária do artigo 28 da Lei de Drogas. Segundo o magistrado, a definição do autuado como usuário ou traficante varia conforme a escolaridade, a cor da pele e a idade.

"A mediana para caracterização de tráfico de maconha para os presos analfabetos é 32 gramas. Aquele que tem segundo grau completo, a mediana é 40 gramas. Agora, para os portadores de diploma de curso superior, a mediana é 49 gramas", expôs Moraes.

"Para evitar que instrução, idade e cor da pele prejudiquem o tratamento isonômico — hoje, o negro, analfabeto e jovem leva desvantagem de um branco com curso superior — entendo ser necessário fixar uma presunção relativa, de uma mediana de quantidade de maconha, que induza a autoridade a entender se é tráfico ou pra uso", explicou o ministro.

Para Moraes, no entanto, a definição pela autoridade policial sobre se o autuado em flagrante é traficante ou não também deve ser acompanhada do contexto, como o local em que estava, como a droga está condicionada (se está empacotada para venda, por exemplo), se há um caderno de anotações de compras e vendas, entre outros fatores.

### **Discordância**

Dentre os ministros que já votaram, Gilmar Mendes foi o único que se colocou a favor da descriminalização de todas as drogas. Os outros três restringiram a sua interpretação à maconha. O relator citou essa discordância nos votos entre os quatro ministros no momento em que pediu o adiamento da sessão.

"Me interessa buscar um consenso em relação a questão sobre se vamos caminhar para a ideia da descriminalização de drogas em geral ou só da maconha, como havia sido dividido no voto dos ministros Barroso e Fachin. Acho que é uma questão relevante. Exatamente por

conta da repercussão geral, entendi que era o caso de trazermos uma reflexão sobre outras drogas", ponderou Mendes

Data da notícia: **03/08/2023**

**Título: Câmara aprova protocolo 'Não É Não' para combater a violência contra mulheres em bares, boates e shows**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/03/camara-aprova-protocolo-nao-e-nao-par-a-combater-a-violencia-contramulheres-em-bares-boates-e-shows>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (1º) o Projeto de Lei "Não É Não" (PL 03/2023), de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que estabelece um protocolo de combate e prevenção à violência contra mulheres em ambientes de entretenimento, como casas noturnas, boates, espetáculos musicais em locais fechados, shows com venda de bebida alcoólica e competições esportivas.

O projeto visa garantir a segurança e dignidade das mulheres nesses espaços, e é inspirado no Protocolo "No Callem", de Barcelona, resultado de uma parceria entre a Prefeitura da cidade catalã e os movimentos de mulheres. O objetivo é estabelecer normas e fluxos para que toda e qualquer forma de assédio ou violência sexual possa ser prevenida e interrompida quando ocorrer em casas noturnas e estabelecimentos que se assemelhem.

"Acreditamos que a segurança dos ambientes é uma responsabilidade compartilhada por todos, tanto no setor público quanto no privado. Nosso objetivo é assegurar que nenhuma mulher ou menina, nem qualquer indivíduo em busca do seu direito de viver sem violência e com alegria sofra qualquer tipo de violência", ressaltou a deputada Maria do Rosário.

De acordo com o projeto, os estabelecimentos terão a responsabilidade de monitorar possíveis situações de constrangimento e violência, agindo prontamente para proteger as vítimas e colaborando com as autoridades competentes. Por isso, o texto, relatado pela deputada Renata Abreu (Podemos-SP), estabelece medidas essenciais e necessárias para

o funcionamento do protocolo, como a capacitação de equipes para sua execução, a disponibilização de informações sobre como acioná-lo e fácil acesso aos contatos da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).

A proposta também prevê campanhas educativas sobre o protocolo e ações de formação periódica para conscientização e implementação, além da criação do selo "Não é Não - Mulheres Seguras" para estabelecimentos que adotarem o protocolo.

Após a aprovação na Câmara, o projeto segue para análise no Senado Federal. Se aprovado, entrará em vigor após 180 dias da sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Data da notícia: **04/08//2023**

**Título: Conselho formaliza volta do Bolsa Verde para famílias de comunidades tradicionais da Amazônia**

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/08/04/conselhao-formaliza-volta-do-bolsa-verde-para-familias-de-comunidades-tradicionais-da-amazonia>

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável — conhecido como Conselho — assinou nesta sexta-feira (4) um acordo de cooperação para a retomada do programa Bolsa Verde. A política pública fazia pagamentos a famílias em áreas de reserva extrativista e comunidades tradicionais da Amazônia para estimular a preservação da floresta e promover a regeneração de áreas degradadas.

O programa foi criado em 2011, mas cancelado em 2019, sob protesto de ONGs que defendem o meio ambiente. O acordo assinado nesta sexta estabelece cooperação entre os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social, que trabalharão juntos para a retomada do Bolsa Verde.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, lembrou que durante o processo de transição de governo foi solicitada a ampliação de recursos para comunidades

tradicionais. Segundo ela, serão cerca de R\$ 200 milhões para o Bolsa Verde, que deve oferecer R\$ 600 a cada três meses para as famílias que vivem dentro de reservas e assentamentos extrativistas, bem como outras modalidades de assentamento especial.

“Nós temos responsabilidade com os povos tradicionais. É uma política transversal, uma parte é o ministério do Meio Ambiente, outra parte é o de Desenvolvimento Social”, afirmou Marina. “O que queremos é ter, para as populações tradicionais, o mesmo que já demos para os agricultores familiares e grandes produtores”, afirmou a ministra, ao citar o Plano Safra.

“A preservação das florestas do planeta é feita pelos povos indígenas e pelos povos tradicionais. 80% das áreas com florestas que são protegidas são habitadas pelos povos tradicionais. Temos uma comunidade que protege, que preserva”, finalizou.

### **O Conselho**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), conhecido como "Conselhão", foi criado pelo presidente Lula em seu primeiro mandato e extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019. O colegiado foi recriado no terceiro mandato do petista. A ideia do conselho é reunir representantes da sociedade civil que ajudarão na formulação de políticas públicas.

A reunião desta sexta aconteceu durante o evento Diálogos Amazônicos, em Belém, que antecede a Cúpula da Amazônia, que vai reunir chefes de Estado da região nas próximas terça (8) e quarta-feira (9). O Conselho aproveitou a temática e instalou um grupo de trabalho para a Amazônia e outro para a restauração de áreas degradadas.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o grupo de trabalho da Amazônia terá o prazo de 60 dias para construir propostas.

Data da notícia: **04/08/2023**

**Título: Chacina do Guarujá: movimento negro acusa Estado de cometer 'execuções sumárias'**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/04/chacina-do-guaruja-movimento-negro-acusa-estado-de-cometer-execucoes-sumarias>

O governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi alvo de protestos, na noite desta quinta-feira (3), por conta da Operação Escudo, em curso no litoral paulista desde a última sexta-feira (28). Batizada de Chacina do Guarujá por movimentos populares, a ação da PM do estado de São Paulo já vitimou 16 pessoas, de acordo com os dados oficiais.

Em frente à Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP), localizada no centro da capital paulista, centenas de manifestantes, organizados pelo Movimento Negro Unificado (MNU), fizeram uma ação exigindo o fim imediato da operação. O ato durou cerca de três horas.

Para Regina Lúcia dos Santos, coordenadora estadual do MNU, a polícia de São Paulo está "importando o modelo de milícia". "Com o escuso nome de 'Operação Escudo', na verdade o que está acontecendo lá são execuções sumárias. O estado brasileiro não pode ter esse direito sobre a vida dos seres humanos", protestou.

"A gente é muito solidário aos familiares da vítima do policial que foi executado no dia 27, mas a gente acha desproporcional que os territórios periféricos convivam com esse medo diante dessa operação que já vitimou mais de dez pessoas. Então essa manifestação é pra que acabe essa operação, que o Ministério Público possa investigar essa operação", resumiu a coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), Simone Nascimento.

"A comunidade está assustada, tem amigos meus que moram dentro da comunidade, as mães deixam seus filhos nas casas de parentes porque não tem segurança dentro da comunidade", explica o auxiliar de enfermagem Alexandre Arruda Paula, que trabalha no Guarujá (SP), um dos município onde acontece a Operação Escudo.

"A polícia o tempo todo de forma ostensiva passando pela comunidade armados, com as pistolas, com as escopetas, assim, uma realidade muito difícil", finaliza o Arruda.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) chamou as mortes de "efeito colateral", afirmou estar "extremamente satisfeito" com a atuação policial e disse que, se houver abusos, serão apurados.

Em comunicado oficial desta quinta (3), a Secretaria de Segurança Pública paulista, comandada pelo policial Guilherme Derrite, informou que todos os "suspeitos" foram assassinados por "entrarem em confronto com a polícia. Todas as ocorrências com morte durante a operação foram resultado da ação dos criminosos, que optam pelo confronto".

Também na quinta-feira, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo pediu que a Operação Escudo seja "imediatamente interrompida".

Considerando esta como a segunda operação mais letal da história da PM paulista, ficando atrás apenas do massacre do Carandiru, com 111 vítimas, o documento pede que todos os policiais usem câmeras nos uniformes.

As câmeras acopladas às fardas dos agentes são usadas apenas pela PM e não pela Polícia Civil, que também vem atuando na operação no litoral paulista.

Outro ofício da Defensoria foi entregue ao Ministério Público de São Paulo sugerindo a instauração procedimento autônomo para investigar as circunstâncias das mortes praticadas pela polícia.

### **Outro lado**

O Brasil de Fato solicitou à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) um posicionamento sobre a estratégia montada para receber a manifestação desta quinta-feira (3), mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem. Caso o jornal receba retorno, este material será atualizado.

Data da notícia: **06/08/2023**

**Título: Ministra da Igualdade Racial anuncia criação do Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/06/ministra-da-igualdade-racial-anuncia-criacao-do-comite-de-monitoramento-da-amazonia-negra>

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, anunciou a criação do Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e Combate ao Racismo Ambiental, neste domingo (6), durante a programação do Diálogos Amazônicos. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, essa iniciativa tem como objetivo propor medidas para enfrentar o Racismo Ambiental na Amazônia Legal.

"Queremos a participação da sociedade civil. Obviamente, iremos avançar em um plano de trabalho para a Amazônia Negra Legal, a ponto de que esse seja o momento da partida", declarou durante a plenária Amazônias Negras: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais.

Anielle ressaltou que "com racismo ambiental não há justiça climática" e defendeu a importância de colocar os povos tradicionais, comunidades quilombolas e povos de terreiro no protagonismo da proteção da Amazônia.

"Alertamos também para o cuidado de não deixar que o enfrentamento ao racismo ambiental não seja um subtema dentro dos debates dos Diálogos Amazônicos, da cúpula e da COP-30. Esse tipo de racismo é perverso", destacou a ministra.

Nas palavras de Anielle, o olhar para a Amazônia deve ultrapassar a perspectiva exclusiva de "pulmão do mundo" e considerar as diversidade de povos e culturas que vivem como "guardiãs" e "guardiões" do território.

"Cerca de 80% da população na Amazônia legal se declara preta e parda. O censo quilombola, que demorou 150 anos para sair, nos mostra que 32% do povo quilombola do Brasil reside nos municípios que compõem a Amazônia legal. Então não podemos falar somente da Amazônia, mas sim de uma Amazônia indígena negra, quilombola, da Amazônia, dos povos tradicionais", defendeu..

A mesa Amazônias Negras: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais foi composta por Nilma Bentes, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; Luz Estella Cortés Churta - Organização Distrital Oswaldo Guayasamin Comuneros, da Colômbia; David Quiñónez Ayoví – Congreso Unitário del Pueblo Afroecuatoriano/Union del Pueblo Afroecuatoriano, do Equador e Eslin Enrique Mata Landaeta - Cumbre Nacional Afrovenezolano, da Venezuela.

Data da notícia: **08/08/2023**

**Título: RJ: Moradores protestam na Cidade de Deus após morte de adolescente durante operação policial**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/08/rj-moradores-protestam-na-cidade-de-de-us-apos-morte-de-adolescente-durante-operacao-policia>

O jovem Thiago Menezes Flausino, de 13 anos, morreu baleado durante uma operação da Polícia Militar (PM) na Cidade de Deus, na zona Oeste do Rio de Janeiro, na madrugada desta segunda-feira (7). Durante a ação, nenhum dos agentes do Batalhão de Choque usava câmera no uniforme. Moradores acusam a PM pela morte.

Segundo o Instituto Fogo Cruzado, já são 47 adolescentes e crianças baleados neste ano na região metropolitana, dos quais 21 morreram. Na porta do Instituto Médico Legal (IML), a mãe e uma tia de Thiago Menezes falaram que "a família está muito abalada com o fato de acusarem uma criança de ser envolvida com o tráfico".

Isso porque nas redes sociais, a PM disse que "um criminoso ficou ferido ao entrar em confronto" com policiais do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHq) e com ele teria sido apreendida uma arma de fogo. Depois, em nota, a corporação afirmou que policiais que realizavam o policiamento foram atacados a tiros por "dois homens em uma motocicleta".

"Após confronto, um adolescente foi encontrado atingido e não resistiu aos ferimentos. Uma pistola calibre 9mm foi apreendida no local. A área foi isolada e a Delegacia de Homicídios da Capital acionada", informou o texto.

As câmeras portáteis nas fardas dos policiais poderiam ajudar a identificar o autor do disparo. Porém, a PM não justificou a ausência do equipamento na operação que vitimou o adolescente na Cidade de Deus nesta segunda (7). Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar disse que "até o final deste ano, 13 mil câmeras deverão estar em operação

em todas as unidades, inclusive nas subordinadas ao Comando de Operações Especiais (COE)".

A família de Thiago Menezes disse que o menino era um adolescente como outro qualquer, que gostava de cantar e sonhava em ser jogador de futebol. "Quando cheguei ele já estava estirado no chão com um lençol em cima. Uma criança indefesa, magra, não oferecia perigo a ninguém, não era traficante. Era uma criança que gostava de jogar bola", contou a mãe.

Um ato em memória do adolescente está marcado para acontecer às 19h na Cidade de Deus. "Mais um sonho interrompido pelo despreparo da polícia", diz o chamado por justiça. A PM instaurou procedimento interno para apurar as circunstâncias da morte e disse que colabora integralmente com as investigações da Polícia Civil.

Data da notícia: **09/08/2023**

**Título: Silvinei Vasques, ex-diretor da PRF, é preso em operação da Polícia Federal em investigação sobre interferência nas eleições**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/09/silvinei-vasques-ex-diretor-da-prf-e-preso-em-operacao-da-policia-federal-em-investigacao-sobre-interferencia-nas-eleicoes>

Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), foi preso preventivamente em Florianópolis (SC), na manhã desta quarta-feira (9), em operação da Polícia Federal que apura supostas interferências nas eleições de 2022.

Além da prisão de Vasques, 47 agentes da PRF serão ouvidos na operação, batizada de 'Constituição Cidadã'. A PF cumpre, ainda, 10 mandados de busca e apreensão. Os nomes dos alvos não foram divulgados.

Segundo a PF, a operação investiga os crimes de prevaricação (quando um servidor público deixa de exercer o seu dever), violência política e impedir ou atrapalhar a votação.

**Quem é Silvinei**

Diretor-geral da Polícia Federal Rodoviária (PRF) entre abril de 2021 e dezembro de 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), Vasques é investigado sobre as mais de 500 operações da corporação, a maioria nos estados região Nordeste, durante o dia 30 de outubro do ano passado, data do segundo turno das eleições.

Durante as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia vedado a realização de operações policiais que pudessem restringir a locomoção de eleitores e eleitoras. Ainda assim, a PRF realizou as operações, que só foram interrompidas após Alexandre de Moraes, presidente do TSE, intimar Vasques e impor uma multa pessoal de R\$ 100 mil por hora de decisão não cumprida.

De acordo com dados divulgados posteriormente pelo atual ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB-MA), o Nordeste concentrou 47% das abordagens durante o dia do segundo turno. Em números absolutos, foram parados 2.185 ônibus. Segundo Dino, que qualificou a operação de abordagens como "atípica", o número é maior que "o total de operações realizadas naquele estado durante todo o ano".

### **Outras investigações**

Em novembro de 2022, Vasques se tornou réu por improbidade administrativa após a Justiça receber uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) que o acusa de utilizar o cargo e os símbolos da instituição para promover um dos candidatos presidenciais em 2022. O MPF chegou a pedir o afastamento de Vasques, mas o pedido não foi aceito pelo Judiciário.

Atualmente, a Polícia Federal (PF) investiga a atuação da PRF durante as eleições. A própria instituição à qual pertenceu Vasques também anulou o arquivamento de investigações internas sobre o caso.

Data da notícia: **11/08/2023**

**Título: Preço da comida cai pelo segundo mês seguido e está quase sem alta em 2023**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/11/preco-da-comida-cai-pelo-segundo-mes-seguido-e-esta-quase-sem-alta-em-2023>

O preço dos alimentos caiu em julho, pelo segundo mês seguido. No mês passado, ele recuou 0,46%. Em junho, já havia caído 0,66%.

Essa variação é monitorada periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o cálculo da inflação.

Nesta sexta-feira (11), o IBGE divulgou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice oficial de inflação do país. Em julho, ele ficou em 0,12%. Não foi maior justamente porque o preço da alimentação segurou a alta generalizada.

A redução dos preços dos alimentos no país foi uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Eles praticamente não subiram em 2023. Em sete meses, acumulam alta de 0,55%. Já a inflação geral é de 2,99% no período.

De acordo com o IBGE, em nenhum mês deste ano, o preço dos alimentos subiu mais do que 1%. Em março, por exemplo, eles subiram 0,05%. No mesmo mês do ano passado, enquanto o Brasil ainda era governado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os itens de alimentação subiram 2,42%.

Em 2022, a alta acumulada dos alimentos foi de 11,64%. Isso foi praticamente o dobro da inflação verificada no país no ano: 5,79%.

Altas e baixas

Em julho, entre os itens alimentícios que mais caíram, destacam-se o feijão-carioca (-9,24%), o óleo de soja (-4,77%), o frango em pedaços (-2,64%), as carnes (-2,14%) e o leite longa vida (-1,86%). No lado das altas, as frutas (1,91%) subiram de preço, com destaque para a banana-prata (4,44%) e para o mamão (3,25%).

No ano, o óleo de soja caiu 28,12%; a alcatra, 11,50%; e o contrafilé, 10,17%

Data da notícia: **12/08/2023**

## **Título: Lei Maria da Penha completa 17 anos: estudo de gênero para a redução de desigualdades**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/12/lei-maria-da-penha-completa-17-anos-es-tudo-de-genero-para-a-reducao-de-desigualdades>

Desde 2006, foi incluída na Constituição uma legislação específica para proteger mulheres da violência doméstica e familiar. Trata-se da Lei Maria da Penha, que ganhou esse nome devido à luta da farmacêutica Maria da Penha para condenar seu agressor. Oficialmente, a Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006, trouxe novidades na criminalização e no combate à violência de gênero, como a prisão do suspeito da agressão e a assistência econômica no caso de a vítima ser dependente do agressor.

A história de Maria da Penha é marcada por diversas tentativas de pedidos de socorro ao Estado negadas a ela muitas vezes. A lei ganhou seu nome como forma de reparação pelo Poder Público, que, por sua omissão, deixou a vida de Maria da Penha marcada pelos atos de violência.

A Lei Maria da Penha trouxe importantes mudanças e avanços no combate à violência doméstica no Brasil, transformação que foi acompanhada pela promulgação de legislações parecidas na América Latina. A tipificação do feminicídio, em 2015, foi uma continuação das leis de criminalização da violência doméstica e familiar, conforme apresentado no projeto de lei que tipificava o feminicídio.

### **Quem foi Maria da Penha?**

Maria da Penha Maia Fernandes (1945) é uma ativista brasileira. Sua luta em nome das mulheres vítimas de violência doméstica resultou na criação da Lei Maria da Penha. Ela se casou com um colega de faculdade em 1976. Após o nascimento das três filhas, começou a sofrer agressões físicas e psicológicas, que também atingiam suas filhas.

Em 1983, Maria da Penha sofreu a maior das agressões. Enquanto dormia, foi atingida por um tiro nas costas. A versão do marido foi que se tratou de uma tentativa de assalto, tese que foi rejeitada pela perícia. Por conta do tiro, Maria da Penha ficou paraplégica. Não satisfeito com a tentativa de assassinato, Marco Antonio manteve a esposa em cárcere

privado durante 15 dias e, durante o banho, tentou eletrocutá-la. O criminoso argumenta, até os dias de hoje, que é completamente inocente, e acusa Maria da Penha de ter destruído a sua vida.

### **Letramento de gênero**

A luta da Maria da Penha e a lei que ganhou seu nome são marcos na história brasileira de combate à violência de gênero. A história e a legislação ficaram mundialmente conhecidas e são importantes instrumentos para a redução da desigualdade social. Outra contribuição desenvolvida no Brasil que busca formas de melhorar a situação das mulheres é a pesquisa da professora Dra. Valeska Zanello, do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (UnB). Ela desenvolve uma pesquisa no campo da saúde mental sob um viés feminista das relações de gênero - e interseccionalidades com raça e etnia. Em seus trabalhos, Valeska que estuda correlação de machismo estrutural e violência com depressão e ansiedade entre mulheres, defende que meninas sejam ensinadas a identificar situações de desigualdade e sexismo.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, a professora indicou uma solução para a problemática.

"Acredito que a solução passa por um letramento de gênero. Se você é ensinada, estimulada a investir em projetos de vida que não dependam da questão amorosa e da maternidade para existirem, que não dependam da avaliação masculina para ter valor, isso a fortalece psiquicamente, fortalece a sua saúde mental. Porém, para isso acontecer, a mulher precisa conseguir nomear os processos relacionados às relações desiguais de gênero construídas historicamente."

E é esse o papel que a Instituição As Pensadoras busca realizar com o seu trabalho, capacitar e ensinar cada vez mais mulheres e pessoas para reduzir a desigualdade social no Brasil e no mundo.

### **Escola As Pensadoras**

E foi de um certo incômodo com essas situações – não é difícil perceber a desigualdade de gênero e sua violência, basta ver os dados de feminicídios e os tantos casos de agressão contra mulheres – que surgiu a Instituição As Pensadoras. Sua idealizadora, a professora e doutora Rita Machado, queria que mais mulheres tivessem acesso a uma formação

feminista, que mais mulheres e pessoas conhecessem o vasto trabalho e estudo de e sobre mulheres.

Tudo isso seguindo seus três principais objetivos: ampliar o acesso ao ensino feministas, visibilizar e dar espaço para mulheres e seus estudos e fortalecer mulheres com conhecimento. Vivemos numa sociedade patriarcal em que são sempre os homens em posições de poder, desde os tempos antigos até os dias de hoje. O pouco espaço dado às mulheres no espaço público é um reflexo de como ainda vivemos numa sociedade machista e sexista.

E podemos dizer que a Instituição As Pensadoras vem trilhando um bom caminho e aos poucos conquistando seus espaços e ajudando na redução das desigualdades. Apesar de sua história recente As Pensadoras tem muito o que comemorar, mais de 80 cursos já foram ofertados com milhares de alunas e alunos inscritos. Dezenas de professoras fazem ou já fizeram parte do seu corpo docente. Centenas de livros feministas foram vendidos, além da criação de sua própria editora que tem em seu catálogo a Coleção As Pensadoras Volume 1 e 2 e com o Volume 3 a caminho. Já foram quatro fóruns realizados nesses três anos com a apresentação de trabalhos e debates feministas envolvendo pesquisadores de todo o Brasil e da América Latina.

*Fontes: Fernanda de Paula da Silva: Comunicação e Políticas Públicas na era digital: Plano de melhoria do aplicativo MG Mulher, criado para mulheres vítimas de violência doméstica.*

Data da notícia: **13/08/2023**

**Título: Deputada estadual Marina do MST é atacada por bolsonaristas em Nova Friburgo (RJ)**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/13/rio-de-janeiro-deputada-estadual-marina-do-mst-e-atacada-por-bolsonaristas-em-nova-friburgo>

A deputada estadual Marina do MST (PT-RJ) foi atacada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na manhã do último sábado (12), em Nova Friburgo, na região serrana

do Rio de Janeiro. Marina estava na cidade para realizar duas plenárias de prestação de contas de seu mandato, uma no centro e outra no bairro Lumiar.

Na véspera da viagem a deputada estadual chegou a receber ameaças, que foram encaminhadas às polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, e também para o Ministério Público Federal.

Marina realizou plenária no centro da cidade, mas quando chegou no bairro Lumiar, a deputada e sua equipe foram agredidos fisicamente, com pedras, ovos e garrafas.

"Tentamos iniciar o evento em respeito às pessoas que foram nos ouvir e debater pontos de interesse da localidade", explica, por meio de nota, a deputada estadual.

"Agradeço muito a todas as manifestações de apoio que tenho recebido. Naquele momento não atacaram somente uma deputada estadual, ou uma mulher Sem Terra. Atacaram a nossa democracia", completa a deputada.

As hostilidades só cessaram quando a deputada estadual deixou o coreto da cidade, aos empurrões, escoltada por dois policiais militares.

Segundo a assessoria de Marina do MST, a equipe jurídica do mandato "já está tomando as devidas providências e seguiremos cobrando das autoridades competentes para que os agressores sejam identificados e respondam pelos seus atos".

"Não vão nos intimidar. Reafirmamos nosso compromisso com a construção coletiva deste mandato popular em movimento. Seguiremos nossa caminhada por todo o estado do Rio de Janeiro, sempre atento às demandas populares", afirmou a deputada, em nota.

Marina do MST foi eleita para o mandato na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) com mais de 46 mil votos.

A reportagem do Brasil de Fato entrou em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Civil, mas até o momento não obteve resposta.

Data da notícia: **15/08/2023**

## **Título: MPF pede que inquérito das joias sauditas entregues a Bolsonaro passe a tramitar no STF**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/15/mpf-pede-que-inquerito-das-joias-sauditas-entregues-a-bolsonaro-passe-a-tramitar-no-stf.ghtml>

O Ministério Público Federal de São Paulo pediu à Justiça que o inquérito sobre as joias sauditas recebidas pelo governo Jair Bolsonaro passe a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Hoje, a investigação tramita na Justiça Federal em São Paulo.

O pedido foi feito na última sexta (11), mesmo dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão na operação Lucas 12:2 – esta, sobre a suposta venda ilegal no exterior de presentes oficiais recebidos por Bolsonaro.

Os mandados dessa operação foram autorizados pelo ministro do STF Alexandre de Moraes em outro inquérito: o que apura a atuação de uma suposta milícia digital para desestabilizar a democracia brasileira.

### **Inquérito em São Paulo**

Em março, a PF e o MPF em Guarulhos começaram a investigar entrada ilegal de joias da Arábia Saudita pela comitiva do então ministro Bento Albuquerque. Entre as peças, estavam um colar e brincos.

Os itens foram encontrados na mochila do militar Marcos André dos Santos Soeiro, que assessorava o então ministro.

A perícia da Polícia Federal nas joias que estavam com a comitiva e foram apreendidas pela Receita no aeroporto em Guarulhos indicou que o colar, o par de brincos, o anel e o relógio estão avaliados em R\$ 5,1 milhões.

No pedido feito à Justiça, o MPF de SP afirmou que o caso sob investigação em Guarulhos tem conexão com os fatos em análise no STF.

Não há prazo para a Justiça se manifestar sobre o pedido.

Data da notícia: **16/08/2023**

**Título: Faíscas com bolsonaristas, apoio de aliados, críticas ao agronegócio: veja os destaques do depoimento de João Pedro Stedile na CPI do MST**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/16/faiscas-com-bolsonaristas-apoio-de-aliados-dos-criticas-ao-agronegocio-veja-os-destaques-do-depoimento-de-joao-pedro-stedile-na-cpi-do-mst>

Foi entre ataques e manifestações de apoio que o economista e líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) João Pedro Stedile prestou depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, na Câmara dos Deputados, na terça-feira (15). Ao longo de quase sete horas de sabatina, o militante destacou as causas que sustentam a criação e as ações da entidade, defendeu a histórica luta popular por reforma agrária, alfinetou a parte mais conservadora do agronegócio e respondeu de forma ativa às provocações provenientes da ala bolsonarista, responsável pela convocação que gerou sua ida ao colegiado para ser interrogado pela CPI na condição de testemunha.

Logo na largada, após uma das primeiras perguntas feitas na audiência, Stedile frustrou a base de parlamentares bolsonaristas ao amortecer o impacto de uma colocação do relator da CPI, deputado Ricardo Salles (PL-SP). Lançando mão de um dos argumentos mais simbólicos dos discursos extremistas que professam o ódio contra o MST no país, o parlamentar questionou qual a visão do economista a respeito do que chamou de “pessoas que se valem de processos de invasão de terra para reverter parte desse trabalho em benefício pessoal”.

Para a excitação dos ânimos, a resposta de Stedile veio através da menção ao sociólogo alemão Karl Marx: “Numa sociedade capitalista, todas as classes, sejam a burguesia, a pequena burguesia, a classe trabalhadora, o campesinato, os trabalhadores em geral, têm

uma fração lumpen. O que é lumpen? É aquele oportunista que quer viver do trabalho dos outros, quer explorar o trabalho dos outros. Então, esses lumpens existem em toda a sociedade. Você vai encontrar entre burgueses – os narcotraficantes, por exemplo, são bilionários e são lumpens –, na classe média, nos profissionais liberais, entre advogados, jornalistas, deputados, entre trabalhadores e entre camponeses”.

## **Deboche**

Foi nesse instante que o líder do MST protagonizou um dos pontos altos da sessão da CPI nesta terça. Stedile destacou as características que marcam a forma de organização do movimento, citando aspectos como o senso coletivo, a escolha por processos de decisão sempre colegiada, e não individual, a divisão de tarefas, a disciplina e a formação educacional e intelectual dos militantes. O comentário deu espaço também a um sofisticado deboche político, traço da personalidade de Stedile que ficou evidente em diferentes cenas da sabatina.

No momento em que citou as características da entidade, o economista soltou um recado dirigido ao deputado Kim Katagiri (União-SP), um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL). A entidade rivaliza com o MST e produziu diferentes lideranças conservadoras e extremistas juvenis nos últimos nove anos, desde quando foi gestada no país.

“Entre os princípios organizativos, tudo tem que ser coletivo. Tudo tem que ser em forma de comissão porque é o coletivo que protege [a gente] do oportunismo de falsos líderes. Não adotem essa terminologia de ‘presidente’, ‘tesoureiro’, ‘secretário’. Os princípios organizativos são universais. Valem para movimento de trabalhadores e valem para o movimento do Kim. Espero que ele esteja anotando. Qualquer movimento social popular tem que adotar esses princípios”, ensinou Stedile, arrancando risos da plateia.

Outro ponto de realce durante a audiência se deu quando o líder sem terra salientou o estímulo que o MST dá aos seus militantes para que se graduem na universidade. Ele mencionou que, como resultado desse esforço histórico, a organização já conseguiu formar cerca de 250 advogados, por exemplo. E destacou a importância que teve, nesse processo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado em 1998, durante o governo FHC (1994-1994), a partir de uma pressão que vinha de lutas sindicais e sociais. Stedile definiu o Pronera como uma “conquista fantástica” do movimento e pontuou que a política foi instituída por influência da antropóloga e esposa do então presidente da República, Ruth Cardoso. “[Pessoa] de quem eu gostava muito”, frisou.

Eu trouxe aqui a prova do ‘crime’ – é assim que vocês usam, né? O Ney [Strozake], os companheiros que estão aí, são todos advogados filhos de assentados [da reforma agrária]. Você pode acreditar? Se não tivesse o Pronera, estariam no cabo da enxada ou teriam virado lumpens”, ironizou Stedile, ao apontar para o grupo de advogados do MST que o acompanhava na sessão. O comentário emocionou parte do público presente na sabatina.

Pouco antes disso, enquanto Stedile citava o Pronera, um burburinho se formou na comissão por conta de comentários de opositores que interceptaram a fala do depoente. Na sequência, o presidente da CPI, Zucco (Republicanos-RS), fez uma intervenção pedindo para o plenário “voltar” [a ter atenção]. “Vamos voltar para a aula, pessoal”, reagiu lá de trás o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ao zombar da ala bolsonarista e provocar risos entre alguns jornalistas que estavam nas proximidades.

### **Agronegócio**

O agronegócio mais conservador foi o destino de muitas das menções críticas que Stedile fez ao longo das horas de sabatina. Em um dado momento das respostas dirigidas aos deputados da CPI, o líder destacou que esse segmento do ruralismo hoje vive fissuras diante da gestão petista que está no poder – parte do setor atua no governo Lula, como é o caso do ministro da Agricultura, o pecuarista Carlos Fávaro, que é senador eleito pelo Mato Grosso e está licenciado do mandato.

“O agronegócio está dividido. A metade que tem juízo apoiou o Lula. A outra parcela é a Aprosoja [Associação Brasileira dos Produtores de Soja, um dos braços políticos do setor], que só pensa em ganhar dinheiro. Parte do agronegócio já tem consciência dos limites e já está migrando para outra agricultura, a chamada agora de ‘práticas regenerativas’, para substituir pesticidas por defensivo agrícola agroecológico. Parcela do agronegócio ainda vai para o céu”, brincou Stedile. “Mas o agronegócio burro, que só pensa em lucro fácil, está com os dias contados”, continuou.

### **Embates**

Não ficaram de fora também os momentos de maior embate de ideias ou acirramento das emoções. A sessão foi permeada de faíscas que ilustraram as disputas políticas as quais opõem a ala bolsonarista e os apoiadores do MST. Em um dos lances da sabatina, o deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS) questionou Stedile sobre se o líder “acredita que tem um alvará de impunidade” para supostamente “incitar crimes” no país. “Eu nunca incitei

crime nenhum”, respondeu o economista, no que foi interrompido pelo parlamentar, que disse que “invasão de terra é crime”.

Stedile aproveitou para realçar a diferença entre “ocupação” e “invasão”, sendo esta última uma expressão costumeiramente utilizada no debate público por políticos mais conservadores para criar confusão sobre o tema. “Invasão de terra é crime, como fazem os fazendeiros do Mato Grosso do Sul invadindo terra indígena. O que o MST faz é ocupação de terra, como uma forma de pressionar para que se aplique a Constituição. Invasão de terra ou de qualquer bem público é quando alguém faz isso em proveito próprio, e aí se caracteriza como esbulho possessório e é criminalizado pelo Código Penal”, comparou Stedile.

O dirigente do MST deu sequência ao raciocínio destacando aspectos legais que cercam a questão: “O que o nosso movimento faz, reconhecido pela jurisprudência, não é invasão. É ocupação, e a ocupação aqui não é esbulho possessório, tanto é que, para o seu desespero, das muitas ocupações que houve nesses 40 anos em todo o Brasil, ninguém foi preso ou condenado”. “Se vocês querem acabar com a ocupação, desapropriem as grandes propriedades improdutivas, porque aí tem terra pra todo mundo”, emendou.

Em outra cena, quando entrou em debate a ida de Stedile à China na comitiva do ex-presidente Lula que visitou o país em abril deste ano, o relator questionou se há na potência oriental “algum movimento análogo ao que é o MST no Brasil”. “Não, porque em 1949 eles fizeram reforma agrária. [Para] vocês que querem tanto derrotar o MST, a fórmula é simples: façam a reforma agrária que no outro dia desaparece o MST”, alfinetou o depoente.

## **Solidariedade**

Meia hora antes do início da audiência, a chegada de João Pedro Stedile à Câmara atraiu olhares de todos os que estavam nas proximidades da entrada da Casa, onde o líder sem terra foi recepcionado por dezenas de pessoas que ali se amontoavam para prestar solidariedade. Deputados federais, lideranças religiosas, sindicalistas, integrantes de diferentes movimentos populares se aglomeraram e, em coro, entoaram gritos de guerra e canções sobre a reforma agrária como forma de abraçar Stedile com palavras de apoio. A partir dali, o entrevistado seguiu até a sala da CPI acompanhado por um cortejo que atravessou os corredores e o deixou na entrada do plenário. “Estamos aqui em nome do modelo de sociedade que a gente busca para prestar o nosso apoio a quem ajuda a organizar o povo no Brasil”, disse o pastor Luís Sabanay.

“O que me move a estar aqui é que eu quero a terra para quem nela planta. Eu quero a natureza viva porque nós não comemos a natureza morta. E o que me move em estar aqui é porque, para além de não deixar a mão de ninguém escapar, é [importante] estarmos juntos num momento como este. É dizer que o MST nos move porque ele nos ensina o que minha religião já traz no seu dia a dia, que é [a ideia de que] nós precisamos da natureza porque sem ela não tem orixá”, disse Makota Celinha, coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), que ganhou uma saudação pública de Stedile logo no início da sessão.

Deputados que não pertencem ao quadro da CPI também se somaram ao cortejo para abraçar Stedile e desejá-lo força. “O MST é um movimento pelo qual todos nós prezamos, que luta pela democratização da terra, demonstra ao povo brasileiro que é preciso combater a ultradireita, defender a democracia, dividir renda. É um movimento que mora no nosso coração, por isso vim aqui para, em nome dele, cumprimentar todo o MST”, disse o deputado Rogério Correia (PT-MG).

Políticos de outras instâncias também compareceram ao local com o mesmo objetivo. É o caso da deputada estadual de Pernambuco Rosa Amorim (PT), que é filha de assentados e tem vínculo com o MST. “Temos uma bancada eleita da reforma agrária em vários estados do país e, neste momento tão importante, que também é uma batalha da luta institucional, a gente tem que estar aqui para prestar a nossa solidariedade. Hoje nós vamos dar um recado ao Brasil sobre o que o MST faz e produz”, ressaltou.

Uma presença que atraiu holofotes no local foi a do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Tendo vindo a Brasília para cumprir agendas em alguns ministérios, ele foi à Câmara dos Deputados para cumprimentar Stedile na CPI, onde permaneceu por alguns instantes. Em conversa com o **Brasil de Fato**, Elmano destacou a atuação do movimento no sertão cearense.

“No Ceará, nós conhecemos de perto o movimento dos sem-terra, que tem construído agroindústria na cadeia produtiva do leite, na região do Quixeramobim, que tem desenvolvido agroindústria na área de caprinos e ovinos, na área do mel, gerando oportunidades a milhares de famílias que viviam em situação de extrema pobreza e hoje vivem com dignidade, têm filhos fazendo faculdade, fazendo escola em tempo integral. Portanto, os sem-terra no Ceará, como é no país inteiro, representam uma organização do povo mais simples para poder viver com dignidade.”

Ainda na linha de prestação de solidariedade à entidade, diferentes parlamentares do campo progressista usaram bonés do MST durante a reunião da CPI como forma de prestar uma homenagem a Stedile e à organização. “Uso com muito orgulho e como forma de reconhecer a luta pela reforma agrária no Brasil”, disse Fernanda Melchionna (PSOL-RS). O deputado Nilto Tatto (PT-SP) também se somou ao grupo. “Usar o boné do MST na CPI que quer criminalizar o movimento é um ato de resistência, solidariedade e agradecimento por tudo que a entidade já fez pelo povo brasileiro”, declarou à reportagem.

Nos bastidores, os militantes que compareceram ao local foram penalizados com um fato inusitado que despertou a atenção de jornalistas e de uma parte do público que frequenta as comissões legislativas: a mesa da CPI reservou para a sabatina o plenário 4 da Câmara, que comporta oficialmente 80 pessoas e não é um dos maiores da Casa. Enquanto isso, também chamou a atenção o fato de ter ficado vazio ao longo da tarde o plenário 2, um dos maiores, que tem capacidade para 150 pessoas.

Além de ter impedido que a maior parte dos apoiadores de Stedile adentrasse a CPI para acompanhar a sabatina de perto, a situação levantou a suspeita de que a medida foi proposital e teve, por parte dos bolsonaristas, o intuito de evitar grande apoio popular presencial ao líder do MST. O **Brasil de Fato** tentou saber o motivo da escolha pelo plenário 4 diretamente com Zucco, mas não conseguiu acesso ao presidente da CPI.

## **MST**

Em conversa com o Brasil de Fato logo após o encerramento da sabatina, a militante Ayala Ferreira, uma das lideranças do Setor de Direitos Humanos do MST, avaliou que Stedile demonstrou superioridade diante de parlamentares da CPI em termos de capacidade política e conhecimento do assunto.

“Nossa leitura é de que ele deu uma aula, o que já imaginávamos que ocorreria. Ele não veio aqui pra convencer aquele setor agromilitar, bolsonarista da importância da reforma agrária e da relevância do MST nessa pauta. Veio pra dialogar com a sociedade brasileira, com todas as pessoas que acompanharam [a sabatina] pelas nossas redes, pelas páginas que divulgaram [o depoimento] pra ver tudo o que temos dito: que o MST vai fazer 40 anos de história e luta pela democratização da terra destacando a necessidade da reforma agrária”, disse Ayala.

Em nota pública enviada à imprensa logo após a sessão da comissão, a direção nacional do MST demonstrou avaliação positiva da participação de João Pedro Stedile no colegiado,

mas também fez críticas à condução dos trabalhos por parte da CPI. “Esta CPI tramita há três meses, sob comando de parlamentares bolsonaristas, na tentativa de criminalizar o MST e impedir a retomada da Política Nacional de Reforma Agrária, além de tentar desgastar o governo federal. No entanto, a baixezinha e falta de legitimidade e seriedade dos deputados bolsonaristas está levando ela a ser encerrada antes do esperado por esses próprios parlamentares”, diz o texto.

Data da notícia: **17/08/2023**

**Título: Hacker Walter Delgatti diz que Bolsonaro pediu para ele assumir grampos contra Alexandre de Moraes**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/hacker-walter-delgatti-diz-que-bolsonaro-pediu-a-ele-para-assumir-grampos-contra-alexandre-de-moraes>

O hacker Walter Delgatti Neto afirmou em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, nesta quinta-feira (17), que Jair Bolsonaro pediu a ele que assumisse um grampo que teria sido feito contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante uma ligação mediada pela deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

“O presidente entrou em contato comigo por meio de um celular aparentemente novo, com um chip inserido naquela hora. Eles haviam conseguido um grampo do ministro Alexandre de Moraes, que teria conversas comprometedoras, e eles precisavam que eu assumisse a autoria desse grampo”, disse.

Na sequência, o hacker explica o plano: “a ideia seria o garoto da esquerda assumir esse grampo realizado por agências de outro país, supostamente. Em troca, eu teria o indulto e Bolsonaro disse que mandaria prender o juiz que por ventura lhe prendesse”, afirmou Delgatti aos parlamentares da comissão que apura os atos golpistas.

A ligação teria ocorrido em um posto de gasolina, próximo a Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Pouco antes, Zambelli teria ligado para Walter Delgatti Neto e dito que precisava tratar de um assunto urgente. O hacker afirmou que logo depois um motorista da parlamentar foi até a sua casa e o levou até o posto.

“Esse grampo seria suficiente para uma ação contra o ministro e refazer as eleições. Eu concordei em assumir porque era uma proposta do presidente da República. Depois, a Carla Zambelli disse que seria necessário invadir alguns sistemas de Justiça para demonstrar a fragilidade dos sistemas, a pedido de Bolsonaro”, disse Delgatti.

Foi neste momento que o hacker teria feito a inserção de alvarás de soltura e um mandado de prisão contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As inserções foram feitas entre 4 e 6 de janeiro deste ano, dias antes dos atos que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes, em Brasília.

Em 27 de junho deste ano, Delgatti confessou à PF a sua participação em parte do esquema, que teria contado com a ajuda da deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP). O hacker afirmou que o objetivo da invasão era expor as vulnerabilidades do sistema judiciário brasileiro, com o propósito de desacreditar o sistema eletrônico de votação.

Segundo Delgatti, Zambelli solicitou que, caso não conseguisse invadir as urnas eletrônicas, o hacker deveria procurar por "diálogos comprometedores" envolvendo Alexandre de Moraes. Em resposta, Delgatti teria afirmado que seria possível inserir um mandado de prisão contra o ministro no sistema do CNJ.

Zambelli teria feito o texto e enviado para publicação. Delgatti alegou que "fez algumas alterações, pois o português estava meio ruim", e emitiu o mandado de prisão e o bloqueio de valores, no exato valor da multa aplicada ao PL pelo TSE, de cerca de R\$ 22 milhões.

"DETERMINO, por fim, a extração integral de cópias e sua imediata remessa para o Inquérito n. 4.874/DF e de todos os inquéritos de censura e perseguição política, em curso no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o CNJ, a fim de que me punam exemplarmente. Diante de todo o exposto, expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor de mim mesmo, Alexandre de Moraes. Publique-se, intime-se e faz o L", diz o ofício.

A defesa de Zambelli disse que ela "rechaça qualquer acusação de prática de conduta ilícita e imoral pela parlamentar, inclusive, negando qualquer tipo de pagamento ao mencionado hacker". Segundo Delgatti, a ex-deputada depositou cerca de R\$ 40 mil em sua conta.

Data da notícia: **17/08/2023**

**Título: Walter Delgatti afirma que equipe de Bolsonaro propôs forjar a invasão de uma urna eletrônica um mês antes da eleição**

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/17/walter-delgatti-afirma-que-equipe-de-bolsonaro-propos-forjar-a-invasao-de-uma-urna-eletronica-um-mes-antes-da-eleicao.ghtml>

A CPI dos Atos Golpistas ouviu nesta quinta-feira (17) o hacker Walter Delgatti, que foi preso por ter invadido o sistema da Justiça. Ele fez acusações a Jair Bolsonaro. Disse que o então presidente promoveu ações para divulgar informações falsas sobre as urnas eletrônicas. Delgatti não apresentou provas.

Walter Delgatti chegou à CPI com uma liminar do STF para ficar calado, mas afirmou que responderia às perguntas da CPI. Ele foi convocado porque passou a ser peça-chave nas investigações sobre a tentativa de fraudar as eleições de 2022.

Em 2019, o nome dele apareceu publicamente depois que Delgatti invadiu o celular de autoridades que atuavam na Operação Lava Jato. Voltou a ser preso em junho de 2022 por descumprir medidas cautelares - entre elas, a proibição de usar a internet.

Em depoimento à Polícia Federal, naquele momento, disse que tinha voltado a atuar na internet porque havia sido contratado para cuidar das redes sociais e do site da deputada Carla Zambelli, do PL.

Em julho, a Justiça autorizou que Delgatti respondesse ao processo em liberdade. Mas ele voltou a ser preso no início de agosto na operação da Polícia Federal que investiga a invasão de computadores do Poder Judiciário.

Delgatti afirmou à PF que, a mando de Zambelli, inseriu um falso mandado de prisão para o ministro Alexandre de Moraes, do STF - Supremo Tribunal Federal, no sistema do Conselho Nacional de Justiça e que recebeu R\$ 40 mil da deputada e de assessores dela para tentar invadir sistemas do Judiciário.

Nesta quinta-feira (17), na CPI, Walter Delgatti disse que ainda em 2022 participou de uma reunião na sede do PL, a pedido de Zambelli, e que nessa reunião o marqueteiro do partido, Duda Lima, solicitou que ele produzisse um código falso para ser inserido em uma urna eletrônica emprestada. O objetivo era exibir de forma enganosa no dia 7 de setembro, um mês antes das eleições, uma propaganda de que as urnas poderiam ser violadas.

**Delgatti:** “Eles queriam que eu fizesse um código-fonte meu, não o oficial do TSE, e nesse código-fonte eu inserisse essas linhas que eles chamam de código malicioso, porque ele tem como finalidade enganar, como finalidade colocar dúvidas na eleição. Então, eu criaria um código meu, a ideia do Duda.”

**Eliziane Gama:** “Ou seja, não seria um código-fonte?”

**Delgatti:** “Do TSE, não.”

**Eliziane Gama:** “Seria alguma coisa manipulada, fake, sua.”

**Delgatti:** “Exatamente, feita exatamente para mostrar... A ideia dele era a seguinte: era falar que a urna, se manipulada, sairia um outro resultado.”

Delgatti confirmou à CPI o que já havia revelado em depoimento à Polícia Federal: que não conseguiu invadir o TSE, mesmo após diversas tentativas, pois o código fonte da urna eletrônica não fica hospedado em um computador com acesso à internet, mas fica em um computador offline, não sendo possível o acesso externo.

Walter Delgatti disse à CPI que teve um encontro no Palácio da Alvorada com o ex-presidente Bolsonaro, quando recebeu dele um pedido para tentar fraudar as urnas eletrônicas. Do Alvorada, por ordem de Bolsonaro, teria ido diretamente para o Ministério da Defesa.

Segundo Delgatti, a reunião com Jair Bolsonaro foi no dia 10 de agosto de 2022 e durou cerca de uma hora e meia. O encontro com Delgatti não constou da agenda oficial do ex-presidente.

“Sobre as urnas e sobre a eleição, e sobre a lisura das urnas. E a conversa foi bem técnica, até que o presidente me disse, falou assim: ‘Olha, a parte técnica eu não entendo, então, eu irei enviá-lo ao Ministério da Defesa e lá, com os técnicos, você explica tudo isso’. A conversa se resumiu nisso. E também, ele pediu que eu fizesse o que o Duda havia dito sobre o dia 7 de setembro”, disse Delgatti à CPI.

Delgatti afirmou que esteve cinco vezes no Ministério da Defesa; que se encontrou, inclusive, com o então ministro Paulo Sérgio Nogueira; e afirmou que o relatório do ministério sobre as urnas eletrônicas entregue ao Tribunal Superior Eleitoral no dia 9 de novembro de 2022 foi feito a partir de orientações dadas por ele.

“Eu posso dizer hoje que, de forma integral, aquele relatório tem exatamente o que eu disse, não tem nada menos e nada mais”, afirmou o hacker.

Os questionamentos apresentados no relatório do Ministério da Defesa contrariam frontalmente as conclusões das demais entidades fiscalizadoras, como o Tribunal de Contas da União e a Ordem dos Advogados do Brasil, que atestaram que o processo eleitoral é seguro e imune a qualquer vício. A integridade do processo eleitoral brasileiro também foi atestada por inúmeros observadores internacionais.

Diante das declarações, a relatora da CPI, Eliziane Gama, do PSD, classificou o depoimento como bombástico.

*“Presidente, eu quero finalizar e dizer que o depoimento de hoje é um depoimento muito importante para os trabalhos desta CPMI. Bombástico, como o senhor coloca. As informações que são trazidas a esta comissão são informações absolutamente sérias e são informações que estão em torno do ponto central desta CPMI, que é exatamente o questionamento do resultado eleitoral, a tentativa de emplacar uma vulnerabilidade e a busca de pessoas que já tinham histórico em relação à invasão, para que legitimasse, claramente, uma narrativa que é incompatível com a realidade em relação ao processo da segurança eleitoral”, disse Eliziane Gama.*

A reunião do dia 10 foi várias vezes abordada durante o depoimento. Os parlamentares queriam que o hacker desse mais informações sobre o que o ex-presidente pediu a ele.

**Duarte Jr:** “O senhor afirmou que teve contato, teve relação, tomou café da manhã, teve reuniões com o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e, nessa reunião, ele o contratou para fraudar a urna, para fraudar o processo eleitoral. O senhor pode me confirmar essa afirmação?”

**Delgatti:** “Sim, confirmo.”

À tarde, o senador Flávio Bolsonaro, do PL, confirmou o encontro de Delgatti com o ex-presidente no Palácio da Alvorada. O próprio Jair Bolsonaro já tinha admitido a reunião.

“A conversa com o Seu Walter era exatamente para que ele demonstrasse os seus conhecimentos, para que fosse oficialmente instruído o TSE sobre possíveis vulnerabilidades das urnas eletrônicas. Foi só isso”, disse Flávio Bolsonaro.

O hacker se recusou a responder às perguntas feitas por ele e outros parlamentares de oposição.

Delgatti também relatou uma outra conversa em que teria ouvido de Jair Bolsonaro que o ministro do STF - Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes tinha sido grampeado por estrangeiros. Segundo Delgatti, Bolsonaro pediu que ele assumisse a autoria do crime.

O hacker afirmou que não sabe se o grampo existe - e que não teve acesso qualquer material. A TV Globo apurou que não há nenhum indício de que o ministro Moraes tenha sido grampeado ilegalmente.

### **Indulto**

Ao longo de toda a sessão, Walter Delgatti afirmou diversas vezes que o então presidente Jair Bolsonaro lhe prometeu um indulto no caso de ter problemas com a Justiça.

O hacker disse à CPI que a promessa de indulto partiu de Bolsonaro durante o encontro que tiveram no Palácio da Alvorada intermediado pela deputada Carla Zambelli. A fala de Delgatti à CPI ocorreu quando ele explicava aos parlamentares o plano de tentar atacar as urnas.

**Eliziane Gama:** “Você nesse momento colocou, por exemplo, a possibilidade de você ser punido, ser preso por isso? Você recebeu deles algum tipo de garantia de proteção?”

**Walter Delgatti:** “Sim, recebi e, inclusive, a ideia ali era que eu receberia um indulto do presidente. Ele havia concedido um indulto a um deputado, um deputado federal, e, como eu estava com o processo da Spoofing, à época, e com as cautelares que me proibiram de acessar a internet e trabalhar, eu visava a esse indulto, e foi oferecido no dia”.

O deputado mencionado por Delgatti é Daniel Silveira, que teve o indulto anulado pelo STF - Supremo Tribunal Federal.

A promessa de perdão, segundo Delgatti, foi repetida em outra conversa que ele disse ter tido com Jair Bolsonaro, dessa vez por telefone - e também intermediada pela deputada Carla Zambelli. Segundo o hacker, Zambelli enviou um carro para buscá-lo em casa e, depois, a encontrou. Ele afirmou que, dentro do carro, ela enviou uma mensagem por celular e, logo depois, Bolsonaro ligou.

De acordo com Delgatti, Jair Bolsonaro pediu que o hacker assumisse a autoria do grampo que, supostamente, teriam conseguido nos telefones do ministro Alexandre de Moraes. Nesse momento, segundo Delgatti, Bolsonaro repetiu a oferta de perdão de pena em uma eventual condenação.

**Delgatti:** “E disse que, em troca, eu teria o prometido indulto. E ele ainda disse assim: ‘Olha: se caso alguém te prender, eu mando prender o juiz’. Ele usou essa frase.”

**Eliziane Gama:** “Não, eu não entendi.”

**Delgatti:** “Ele disse assim: ‘Fique tranquilo. Se acaso algum juiz te prender, eu mando prender o juiz’. E deu risada.”

Delgatti indicou o nome do ex-presidente como responsável direto ou indireto pelas ilegalidades que lhe foram propostas e repetiu que partiram sempre de Bolsonaro as promessas de indulto que o livrariam da prisão.

Pastor Henrique Vieira: “Quem pediu para o senhor tentar fraudar esse sistema?”

Delgatti: “Carla Zambelli, por ordem do presidente Bolsonaro, do ex-presidente Bolsonaro.”

**Pastor Henrique Vieira:** “Quem pediu para o senhor assumir a autoria de um suposto grampo contra o ministro Alexandre de Moraes?”

**Delgatti:** “O presidente Bolsonaro.”

**Pastor Henrique Vieira:** “Quem te convidou para fazer propaganda eleitoral para sugerir ao povo uma suposta fraude no sistema eleitoral?”

**Delgatti:** “O marqueteiro Duda e também o presidente Bolsonaro.”

**Pastor Henrique Vieira:** “Quem te encaminhou ao Ministério da Defesa para elaborar questionamentos ao TSE sobre o sistema de votação?”

**Delgatti:** “O então presidente Bolsonaro.”

**Pastor Henrique Vieira:** “Quem te disse que, se o senhor cometesse um ilícito, seria perdoado e receberia um indulto?”

**Delgatti:** “O então presidente Bolsonaro.”

**Pastor Henrique Vieira:** “Quem te deu carta branca para agir até mesmo na ilegalidade?”

**Delgatti:** “O então presidente Bolsonaro.”

Em resposta a um questionamento do senador Veneziano Vital do Rego, do MDB, Walter Delgatti afirmou que aceitaria participar de uma eventual acareação com as pessoas que citou à CPI e que não se importaria de ficar frente a frente com o ex-presidente Bolsonaro para repetir tudo o que disse nesta quinta-feira (17). Ainda não houve votação de requerimento para esta acareação.

Diante das novas informações reveladas à CPI e que não haviam sido mencionadas na quarta-feira (16) em depoimento à Polícia Federal – como a proposta de indulto do suposto grampo de Alexandre de Moraes e da orientação que teria dado a servidores do Ministério da Defesa –, Walter Delgatti foi intimado a depor novamente nesta sexta-feira (18) à PF.

A relatora da CPI, senadora Eliziane Gama, do PSD, disse ver condições de pedir que Jair Bolsonaro seja indiciado.

[...]

Data da notícia: **18/08/2023**

**Título: Líder quilombola é assassinada na Bahia: 'Estou com o corpo de minha avó aqui no sofá, ela foi executada'**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/18/lider-quilombola-e-assassinada-na-bahia-estou-com-o-corpo-de-minha-avo-aqui-no-sofa-ela-foi-executada>

Liderança do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, região Metropolitana de Salvador, a Yalorixá Maria Bernadete Pacífico foi executada na noite da última quinta-feira (17), dentro de um terreiro no município. Bernadete também era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq)

A informação foi passada ao Brasil de Fato por lideranças da Conaq e da Coalizão Negra por Direitos. Um áudio, do neto de Bernadete, cuja veracidade foi confirmada por lideranças quilombolas, confirma o assassinato.

“Gente, sou eu... estou com o notebook, eles levaram o meu celular e de minha avó. Foi verdade, infelizmente, estou com o corpo de minha avó aqui no sofá, minha avó foi executada”, afirmou o neto de Bernadete, que terá a identidade ocultada, para que sua integridade física seja preservada.

“Quem puder dar um apoio, ficar aqui, venha, por favor. Minha avó está aqui no sofá executada... Neste momento eu só pensei na vida da minha irmã e do primo dela, que são crianças, liguem para a polícia”, pediu o neto de Bernadete.

De acordo com os primeiros relatos, divulgados pelo perfil de Bernadete nas redes sociais, a quilombola estava sentada em um sofá, dentro do terreiro, quando quatro homens armados entraram e começaram a disparar. Ela morreu no local. O motivo seria disputa fundiária que envolvia o Quilombo Pitanga dos Palmares.

Nas redes sociais, Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos, confirmou o assassinato e afirmou que uma equipe da pasta será enviada até Simões Filho “imediatamente” para acompanhar o caso.

Jerônimo Rodrigues (PT), governador da Bahia, também lamentou o assassinato. “Recebi com pesar e indignação a notícia do falecimento de Mãe Bernadete, uma amiga e grande liderança quilombola da Bahia. Determinei que as Polícias Militar e Civil desloquem-se de imediato ao local e que sejam firmes na investigação.”

Há dois meses Bernadete alertou que ela e outras lideranças do Quilombo Pitanga dos Palmares sofriam ameaças de morte, que viriam de grupos ligados à especulação imobiliária em Salvador, segundo a líder quilombola.

Lideranças quilombolas afirmam que o governo da Bahia não ofereceu proteção aos moradores do quilombo e as ameaças não foram alvo de investigação dos órgãos públicos baianos.

Em 2017, Flavio Gabriel Pacífico dos Santos, mais conhecido como Binho do Quilombo, filho de Bernadete, foi executado com dez tiros, em frente à Escola Centro Comunitário Nova Esperança, em Pitanga dos Palmares, a duas quadras da casa de sua mãe.

Aos 36 anos, Binho deixou três filhos. Um deles, viu a avó ser executada nesta noite. O assassinato do filho de Bernadete segue impune e os culpados não foram identificados pela polícia baiana.

### **“Será sempre lembrada”**

Em nota a Conaq lamentou a execução de Bernadete. “Sua dedicação incansável à preservação da cultura, da espiritualidade e da história de seu povo será sempre lembrada por nós... Sua ausência será profundamente sentida. Seu espírito inspirador, sua história de vida, suas palavras de guia continuarão a orientar-nos e às gerações futuras.”

Data da notícia: **21/08/2023**

### **Título: Maioria do STF reconhece homotransfobia como injúria racial**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/justica/maioria-do-stf-reconhece-homotransfobia-co-mo-injuria-racial/>

O Supremo Tribunal Federal formou maioria, nesta segunda-feira 21, para permitir o reconhecimento de atos de homofobia e transfobia como crime de injúria racial. Em 2019, a Corte já havia enquadrado a prática no crime de racismo.

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, instâncias inferiores do Judiciário interpretam como racismo a ofensa proferida contra grupos LGBTQIA+, mas não apontam como injúria racial a ofensa dirigida a um indivíduo pertencente ao grupo vulnerável.

Já votaram por equiparar a injúria racial as ofensas contra pessoas LGBTQIA+:

- Edson Fachin (relator)
- Dias Toffoli
- Kassio Nunes Marques
- Cármen Lúcia
- Rosa Weber
- Alexandre de Moraes
- Luiz Fux

André Mendonça se declarou impedido e não participa do julgamento, realizado no plenário virtual.

“Tendo em vista que a injúria racial constitui uma espécie do crime de racismo, e que a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual configura racismo por raça, a prática da homotransfobia pode configurar crime de injúria racial”, diz um trecho do voto de Fachin.

Em janeiro, o presidente Lula (PT) sancionou uma lei aprovada pelo Congresso Nacional que equipara a injúria racial ao crime de racismo.

O texto ampliou a pena para injúria racial: de 1 a 3 anos de reclusão para 2 a 5 anos. A pena será dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas.

A injúria é caracterizada quando a honra de uma pessoa específica é ofendida por causa de raça, cor, etnia, religião ou origem. Já o crime de racismo ocorre quando o agressor atinge um grupo de pessoas, discriminando uma raça de forma geral.

Data da notícia: **21/08/2023**

**Título: STF decide tornar Carla Zambelli ré por perseguir homem com arma em punho em São Paulo**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/21/stf-decide-tornar-carla-zambelli-re-por-p-ersequir-homem-com-arma-em-punho-em-sao-paulo>

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para tornar ré a deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. O prazo final para manifestação dos ministros no plenário virtual termina nesta segunda-feira (21), mas a Corte formou maioria para aceitar a denúncia ainda na sexta (18), com placar de 9 a 2.

A acusação é referente a um episódio registrado em 29 de outubro do ano passado, na véspera do segundo turno das eleições, quando Carla Zambelli sacou uma arma e perseguiu um homem negro, na região central de São Paulo.

Somente os ministros indicados aos STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), André Mendonça e Kassio Nunes Marques, votaram contra a admissibilidade da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ambos argumentaram que o caso deveria ser analisado pela Justiça de São Paulo, e não pelo STF. “No presente caso, a ação da denunciada, embora deputada federal, não teve relação com o exercício de suas funções. Ela estava, conforme se depreende dos autos, em um restaurante em São Paulo, quando, após provocações e discussão acerca de quem venceria as eleições presidenciais, teria praticado os delitos”, diz trecho do voto de André Mendonça.

Para Gilmar Mendes, no entanto, existem indícios suficientes para a tramitação do caso no STF. “A argumentação defensiva, por enquanto, não encontra suporte na prova adquirida nos autos, prevalecendo a diretriz fixada no julgamento do Agravo Regimental. Logo,

mantenho a competência do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar a denúncia, a teor do art. 102, I, “b”, da Constituição Federal”, escreveu o ministro em seu voto.

Além da condenação prevista pelos crimes, a PGR pediu o pagamento de uma indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos e o cancelamento definitivo do porte de arma de fogo.

Na denúncia apresentada ao STF, a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Maria Araújo, argumenta que Zambelli, “com vontade livre e consciente”, portou a arma “fora dos limites da autorização de defesa pessoal, em desacordo com determinação legal ou regulamentar”.

“Conquanto ostente o porte de arma de fogo de uso permitido para defesa pessoal, Carla Zambelli Salgado de Oliveira não detém autorização para o manejo ostensivo do armamento em via pública e em local aberto ao público contra pessoa do povo que não ensejava qualquer mal, ameaça ou perigo concreto à vida ou à integridade física sua ou de terceiros”, disse a vice-PGR.

Em nota à imprensa divulgada em 11 de agosto, a defesa de Zambelli afirmou que estava almoçando com seu filho, em 29 de outubro do ano passado, quando teria sido “xingada, ofendida, vilipendiada, afrontada e ameaçada por terceira pessoa que, inclusive, está sendo investigada por esses fatos”.

“Acresça-se que a Deputada somente agiu dentro do exercício regular de seu Direito, e, ademais, possuía registro e porte de arma, concedido pelo poder público, portando-a naquela data em função das dezenas e diversas ameaças de morte, bem como ameaças à sua integridade física e do filho”, disse o advogado Daniel Bialski.

Data da notícia: **21/08/2023**

**Título: TRF-1 confirma arquivamento de ação contra Dilma por supostas ‘pedaladas’**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/trf-1-confirma-arquivamento-de-acao-contra-dilma-por-supostas-pedaladas/>

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou, nesta segunda-feira 21, a decisão de arquivar uma ação de improbidade contra a ex-presidenta Dilma Rousseff no caso das supostas “pedaladas fiscais”, usadas como pretexto para o processo de impeachment que derrubou a petista, em 2016.

A 10ª Turma da corte rejeitou uma apelação do Ministério Público Federal contra uma decisão da primeira instância tomada em 2022. Por três votos a zero, o colegiado reforçou o arquivamento.

Votaram contra o pedido do MPF:

- Saulo Casali Bahia, relator;
- Marllon Souza; e
- Marcos Vinícius Reis Bastos.

A decisão também beneficia o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o ex-presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine, o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin e o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho.

O MPF imputou a Dilma e aos demais acusados o crime de improbidade, devido ao suposto uso de bancos públicos para “maquiar o resultado fiscal”. Em sua sustentação oral, o advogado da ex-presidenta, Eduardo Lasmar, reforçou que a peça não apresenta qualquer “descrição de dolo”

Em março de 2022, a 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal 2ª Região extinguiu um processo decorrente de ação popular contra Dilma por supostos danos financeiros no caso das supostas “pedaladas”.

Pelas redes sociais, o PT celebrou a decisão desta segunda e afirmou que Dilma foi “inocentada das pedadas fiscais que levaram ao impeachment de 2016”. A legenda disse, ainda, que a ex-presidenta e seus governos “estão livres de punições e foi feita justiça”.

Data da notícia: **22/08/2023**

**Título: Número de celular que pede para empresário repassar fake news pertence a Bolsonaro**

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-celular-que-pede-para-empresario-repassar-fake-news-pertence-a-bolsonaro/>

O número de celular que aparece em conversa suspeita de disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral com o empresário Meyer Nigri pertence ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), conforme apurou a CNN.

Como antecipou na segunda-feira (21) o analista de política da CNN Caio Junqueira, a Polícia Federal viu elo entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o empresário Meyer Nigri na disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral.

A avaliação consta na decisão do ministro Alexandre de Moraes, que decidiu, como revelou a CNN, arquivar a investigação contra seis empresários por supostamente tramarem golpe de Estado. Moraes, porém, decidiu prorrogar a investigação contra dois deles: Meyer Nigri e Luciano Hang.

No relatório da PF inserido na decisão de Moraes, o empresário recebe, no dia 26 de junho de 2022, uma mensagem de WhatsApp do contato “Bolsonaro 8” referente ao ministro do STF Luís Roberto Barroso. A mensagem diz que ele “mente” e que há um “desserviço à democracia dos três ministros do TSE/STF” que faz “somente aumentar a desconfiança de fraudes preparadas por ocasião das eleições”.

Nigri, então, responde: “Já repassei para vários grupos. Faz tempo que não nos falamos. Como vc tá? Abs de Veneza”.

A partir dessa mensagem, ela aponta o empresário como disseminador de fake news.

“Conforme exposto no RAPJ n 3815531/2022, a análise das mensagens do aplicativo WhatsApp contidas no telefone celular apreendido identificou que as três mensagens

investigadas foram encaminhadas originalmente pelo contato registrado Pr Bolsonaro 8, mediante chat privado do WhatsApp, a MEYER NIGRI pouco antes da publicação no grupo “Empresários e Política”.

“Ou seja, a pessoa associada ao contato Pr Bolsonaro 8 enviou ao investigado MEYER NIGRI, as mensagens com conteúdo não lastreado ou conhecidamente falso (fake news), atacando integrantes das instituições públicas, especialmente Ministros do STF, desacreditando o processo número de celular que aparece em conversa suspeita de disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral com o empresário Meyer Nigri pertence ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), conforme apurou a CNN.

Como antecipou na segunda-feira (21) o analista de política da CNN Caio Junqueira, a Polícia Federal viu elo entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o empresário Meyer Nigri na disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral.

A avaliação consta na decisão do ministro Alexandre de Moraes, que decidiu, como revelou a CNN, arquivar a investigação contra seis empresários por supostamente tramarem golpe de Estado. Moraes, porém, decidiu prorrogar a investigação contra dois deles: Meyer Nigri e Luciano Hang.

No relatório da PF inserido na decisão de Moraes, o empresário recebe, no dia 26 de junho de 2022, uma mensagem de WhatsApp do contato “Bolsonaro 8” referente ao ministro do STF Luís Roberto Barroso. A mensagem diz que ele “mente” e que há um “desserviço à democracia dos três ministros do TSE/STF” que faz “somente aumentar a desconfiança de fraudes preparadas por ocasião das eleições”.

Nigri, então, responde: “Já repassei para vários grupos. Faz tempo que não nos falamos. Como vc tá? Abs de Veneza”.

A partir dessa mensagem, ela aponta o empresário como disseminador de fake news.

“Conforme exposto no RAPJ n 3815531/2022, a análise das mensagens do aplicativo WhatsApp contidas no telefone celular apreendido identificou que as três mensagens investigadas foram encaminhadas originalmente pelo contato registrado Pr Bolsonaro 8, mediante chat privado do WhatsApp, a MEYER NIGRI pouco antes da publicação no grupo “Empresários e Política”.

“Ou seja, a pessoa associada ao contato Pr Bolsonaro 8 enviou ao investigado MEYER NIGRI, as mensagens com conteúdo não lastreado ou conhecidamente falso (fake news), atacando integrantes do eleitoral brasileiro. Em seguida, após receber as mensagens em chat privado, MEYER NIGRI publicou o conteúdo ilícito no grupo de WhatsApp ‘Empresários e Política’. Inclusive, MEYER NIGRI avisa ao interlocutor Pr Bolsonaro 8, que uma das mensagens falsas, relativa à divulgação de uma possível fraude no sistema de votação brasileiro, foi repassada a vários grupos, diz o relatório da PF.

### **Relação entre Bolsonaro e Nigri**

No documento, a PF também trata da relação entre Bolsonaro e Nigri.

“Conforme demonstrado neste documento, na análise da conta pertencente ao empresário MEYER JOSEPH NIGRI, ficou robustecido existir uma relação pessoal entre a família do ex-presidente JAIR BOLSONARO e o empresário. Inclusive, no ano de 2021, há evidências de uma possível visita do então presidente a residência de MEYER NIGRI, ressaltando que o específico grupo de WhatsApp denominado ‘Empresários e Política’, objeto desta investigação, foi criado, supostamente, naquele ano”, diz a PF.

É justamente em razão desse elo que o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes decidiu prorrogar a investigação contra ele. Outros seis empresários, porém, como mostrou a CNN, tiveram suas investigações arquivadas.

“A dilação de prazo solicitada pela Polícia Federal é justificada, uma vez que, em relação ao investigado MEYER JOSEPH NIGRI há necessidade de continuidade das diligências, pois o relatório da Polícia Federal ratificou a existência de vínculo entre ele e o ex-presidente Jair Bolsonaro, inclusive com a finalidade de disseminação de várias notícias falsas e atentatórias à Democracia e ao estado Democrático de Direito, utilizando-se do mesmo modo de agir da associação especializada investigada no Inq. 4874/DF”, disse Moraes.

Procurado, o advogado de Nigri, Alberto Toron, disse à CNN que “o sr Meyer Nigri recebe com maior respeito a decisão do ministro Alexandre de Moraes, embora realce que nunca teve Facebook ou qualquer plataforma de disseminação de notícias e mensagens”.

Diz ainda que “se ele enviou aqui e ali qualquer mensagem do presidente da República, não significa que anuia com o teor das mensagens”. Por fim, afirmou que seu objetivo era fomentar o debate”.

A assessoria de Bolsonaro não se manifestou. A de Luciano Hang também não.

Data da notícia: **23/08/2023**

**Título: Comissão de Agricultura do Senado aprova o PL do Marco Temporal**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/comissao-de-agricultura-do-senado-a-prova-o-pl-do-marco-temporal/>

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou, nesta quarta-feira 23, o projeto de lei que estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, com 13 votos favoráveis e três contrários.

A proposta já foi aprovada pela Câmara, em maio. Agora, o texto está sob a análise dos senadores. Após o aval da Comissão de Agricultura, a matéria será discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na sequência, irá ao plenário para uma decisão final.

A proposta prevê que, para uma área ser considerada “terra indígena tradicionalmente ocupada”, será preciso comprovar que ela era habitada pela comunidade indígena na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. A data foi fixada pela relatora na comissão, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

Lideranças indígenas têm levantado críticas à PEC e apontado riscos para a segurança jurídica na ocupação dessas terras. O tema também está sob análise no Supremo Tribunal Federal.

Data da notícia: **24/08/2023**

**Título: Zanin vota contra descriminalização, e Mendonça pede vista; julgamento sobre porte de drogas segue sem decisão no STF**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/zanin-vota-contradescriminalizacao-e-mendonca-pede-vista-julgamento-sobre-porte-de-drogas-segue-sem-decisao-no-stf>

A conclusão da votação sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio no Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a ser adiada. Um pedido de vista feito pelo ministro André Mendonça postergou o resultado por até 90 dias. A sessão foi marcada por voto contrário à descriminalização dado pelo ministro Cristiano Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Corte.

Zanin é, por enquanto, o único ministro do Supremo a divergir sobre o tema. Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso já tinham registrado seus votos favoráveis à descriminalização do porte de maconha. A ministra Rosa Weber, que está em vias de se aposentar, adiantou o voto após o pedido de vista de Mendonça e também se posicionou a favor da descriminalização.

A discussão sobre o tema no STF está em andamento desde 2015. A ação põe em debate a interpretação do artigo 28 da Lei de Drogas (11.343/2006), que elenca as penas para quem "adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar".

### **Zanin rema contra a maré**

Ao proferir o voto, Zanin citou o encarceramento em massa de pessoas pobres, negras e de baixa escolarização, e afirmou que esse encarceramento, a que chamou de "indevido", serve como "porta de entrada para organizações e facções criminosas ligadas às drogas". Ainda assim, decidiu votar contra a descriminalização.

"A clara necessidade de que precisamos evoluir com nossa legislação sobre drogas, na minha compreensão, e pedindo vênias aos pares que já votaram, não permite, ao menos neste momento, a declaração de inconstitucionalidade do artigo 28", resumiu Zanin ao anunciar seu voto.

Apesar de ter se posicionado formalmente contra a descriminalização, Zanin apresentou proposta de redação para tese jurídica sobre o caso, defendendo os limites de 25 gramas de maconha ou seis plantas fêmeas para que a pessoa flagrada seja identificada como usuário e não traficante.

Com o pedido de vistas feito por Mendonça, o tema volta a ficar parado no Supremo. Ao solicitar o adiamento o "terrivelmente evangélico" indicado ao STF por Jair Bolsonaro afirmou que a questão é "complexa".

Data da notícia: **24/08/2023**

**Título: Primeiro semestre de 2023 registra 16 mil casos de violência contra mulheres no Rio de Janeiro**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/primeiro-semester-de-2023-registra-16-mil-casos-de-violencia-contras-mulheres-no-rio-de-janeiro>

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) do Rio de Janeiro registraram 16 mil ocorrências de violência doméstica no primeiro semestre de 2023. Desse montante, apenas 38 registros referem-se a denúncias caluniosas. Durante esse período, as DEAMs executaram 11 mil medidas protetivas nesse período.

Os dados foram apresentados durante audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na última terça-feira (22), pela diretora do Departamento Geral de Atendimento à Mulher da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Gabriela von Beauvais.

"Esses 38 registros [de denúncias falsas] representam menos de 0,3% das denúncias realizadas. Ou seja, não podemos acreditar na falácia de que muitas mulheres vão às delegacias para se vingar dos parceiros, quando os dados mostram o contrário. Esses registros e medidas protetivas mostram a quantidade de vidas que foram salvas. Essas mulheres precisam, sim, do aparato do Estado e devem procurar as delegacias", afirmou Gabriela.

A presidente da comissão, deputada Renata Sousa (Psol), parabenizou a fala da delegada e enfatizou a importância de desmistificar o discurso de que muitas mulheres usam a Lei Maria da Penha de forma leviana.

"Fiquei muito satisfeita com a fala da delegada que trouxe dados científicos. Não dá para tentar deslegitimar a fala da mulher que foi violentada", disse a parlamentar, observando que o Rio de Janeiro é o segundo estado do país com mais casos de feminicídios.

Na tentativa de criar um ambiente mais seguro para as mulheres nas delegacias, Renata Sousa disse que é importante o Governo do Estado ampliar o número de peritas e investigadoras da Polícia Civil atuando nas DEAM. A delegada Gabriela Von Beauvais explicou que atualmente todas as Delegacias Especializadas funcionam 24h, mas que nem todos os agentes que trabalham nessas delegacias são mulheres.

"Não existem delegados homens nas DEAM, apenas inspetores e investigadores. Quem conduz os casos são apenas delegadas, no entanto, seria mais confortável se mais agentes mulheres atuassem nesses espaços. Entendemos essa necessidade, mas ainda não temos quadros suficientes, talvez fossem necessários mais concursos públicos", concordou Gabriela.

### **Ações da Justiça**

A desembargadora Adriana Ramos informou que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) possui um centro de apoio às vítimas de crimes, onde qualquer mulher pode obter informações sobre os processos que estão tramitando e tirar eventuais dúvidas.

Mas ela destacou que a falta de orientação às mulheres é realmente um fator preocupante, e que 90% delas saem das audiências sem informação quanto ao trâmite daquele processo.

"É fundamental que essa mulher cobre o cumprimento do protocolo, determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de atendimento com perspectiva de gênero para melhor acolher e orientar as mulheres no judiciário e nas delegacias. Esse protocolo visa a evitar a revitimização das mulheres que já estão passando por um processo na justiça. Elas precisam se sentir acolhidas pelo sistema judiciário", concluiu Adriana.

Também estiveram presentes na reunião a deputada Carla Machado (PT) e a vereadora do Rio, Luciana Boiteux (Psol).

Data da notícia: **25/08/2023**

## **Título: Parlamentares vítimas de ataques lesbofóbicos se organizam contra ameaças coordenadas de 'estupro corretivo'**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/25/parlamentares-lgbt-se-organizam-contr-a-ameacas-coordenadas-de-estupro-corretivo>

As parlamentares que foram alvos de ameaças de “estupros corretivos” em seus e-mails institucionais e pessoais se organizam para reagir jurídica e politicamente contra os ataques que sofrem desde o dia 14 de agosto.

Até o momento, registraram denúncias a deputada federal Daiana Santos (PCdoB-RS), as deputadas estaduais Rosa Amorim (PT-PE) e Bella Gonçalves (PSOL-MG) e as vereadoras Mônica Benício (PSOL), do Rio de Janeiro, e Iza Lourença e Cida Falabella, ambas do PSOL em Belo Horizonte.

Nos e-mails de cunho lesbofóbico, um homem que se identifica como um psicólogo afirma que o estupro corretivo “é uma terapia de eficácia comprovada que cura o homossexualismo feminino porque ser sapatão é uma aberração”. O suspeito também sugere ir às casas das parlamentares para fazer “uma demonstração sem compromisso”.

No Rio de Janeiro, a delegada Rita Salim, da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), onde a vereadora Mônica Benício registrou queixa, afirmou que o caso será investigado como lesbofobia e crime eleitoral, uma vez que o criminoso utilizou o e-mail institucional da parlamentar para proferir as ameaças. As outras parlamentares também buscaram registrar o caso nas polícias dos respectivos municípios.

Coletivamente, as parlamentares acionaram o Ministério da Justiça, que decidiu federalizar o caso e levar o assunto para ser investigado pela Polícia Federal. Em nota, a pasta informou que, na última segunda-feira (21), o ministro Flávio Dino recebeu, em Belo Horizonte, algumas das parlamentares ameaçadas e encaminhou a documentação com as denúncias à Polícia Federal (PF) para a abertura do inquérito.

### **Ameaçadas**

Ao Brasil de Fato, a vereadora Mônica Benício afirmou que recebeu o e-mail em 14 de agosto por volta das 21h30. “Num determinado momento, o autor do e-mail chega a descrever como seria esse tratamento detalhadamente”, afirma a parlamentar.

“O teor da ameaça vem com um requinte de crueldade justamente porque toca às mulheres lésbicas não só em algo que nos fere tanto emocional quanto fisicamente, diretamente de um contexto social, mas também porque levanta a ideia de que a nossa orientação sexual é algo que pode ser corrigido, algo que pode haver uma cura terapêutica, entendido como uma doença ou como algo fora do conceito da norma”, analisa Benício.

Na avaliação da vereadora, “o homem e a sociedade machista entendem que a mulher é lésbica porque não encontrou um homem, um falo que a satisfizesse plenamente, então que, na verdade, a ausência da relação com o falo seria um desvio de conduta que, portanto, poderia ser remediado”.

As ameaças também são um retrato do conservadorismo que se posiciona contra as mudanças no retrato do poder no Brasil, permeado por homens heterossexuais, cisgênero e brancos, na visão de Benício.

“Hoje há uma mudança, uma luta fruto de muita luta dos movimentos sociais, de muita luta da sociedade civil organizada, e é claro que isso vai incomodar essa norma, esse padrão de poder, porque presume que se tenha que abrir mão dos privilégios. A sociedade hoje não aceita e não aceitará a violência como método político, que não aceitará a barbárie como método de fazer política.

Para Rosa Amorim, que também foi ameaçada, trata-se de uma “tentativa de interferir na nossa atuação parlamentar. Isso demonstra também o resquício dessa política de ódio que vem sendo praticada desde o governo Bolsonaro. Uma autorização para discursos LGBTfóbicos, misóginos e contra as mulheres na política. É um e-mail que vem carregado de uma violência política de gênero sem precedentes”.

Amorim lembra que o autor dos e-mails chega a propor às parlamentares a criação de um projeto de lei que teria como finalidade institucionalizar o estupro corretivo. “No final, o e-mail diz que pode fazer uma mostra com nossos corpos e que sabe onde são as nossas casas”.

Iza Lourença chegou a receber mais quatro e-mails em 18 de agosto com ameaças de estupro e morte dela e de sua filha de apenas três anos. Diante da gravidade, Lourença e

sua filha passaram a receber uma escolta da Guarda Municipal de Belo Horizonte por 24 horas todos os dias.

### **Violência política de gênero**

Na visão de Maria do Socorro Sousa Braga, cientista política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), as ameaças são frutos de um cenário que vem sendo asfaltado ao longo dos últimos anos. As declarações de cunho homofóbico proferidas publicamente por nomes da extrema direita que chegaram a cargos públicos sem punições à altura do que espera a sociedade culminam em um sentimento de legitimação desses discursos.

No começo de agosto deste ano, por exemplo, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados rejeitou uma denúncia contra o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que foi acusado de transfobia. No dia 8 de março, no Dia Internacional de Luta das Mulheres, Nikolas Ferreira colocou uma peruca durante sessão plenária na Câmara dos Deputados e acusou mulheres trans de estarem “tomando” o lugar de mulheres cis.

"Hoje eu me sinto mulher. Deputada Nicole. As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Para vocês terem ideia do perigo de tudo isso, eles estão querendo colocar a imposição de uma realidade que não é a realidade", disse. "Ou você concorda com o que estão dizendo, ou, caso contrário, você é um transfóbico, um homofóbico e um preconceituoso", disse Nikolas Ferreira na ocasião.

Para Braga, “essa violência tem uma trajetória que se acentua quando o bolsonarismo acaba levando essa violência a um ápice. Isso tem a ver justamente com outras ações que a gente já vem observando algum tempo no campo político, então que são reações muito fortes ao pluralismo e à diversidade de gênero, especialmente no âmbito do poder legislativo, que tentam se contrapor ao avanço justamente de políticas de gênero e sexualidade”.

“Os grupos conservadores estão tentando reduzir cada vez mais essas forças que conseguiram entrar na esfera política justamente para continuar defendendo a ampliação desses direitos ou mesmo a continuidade de direitos adquiridos ao longo aí desses últimos anos. É um cenário de disputa política em que os setores conservadores estão se utilizando da violência para mitigar esse avanço, ainda que seja um avanço muito pequeno”, complementa.

Hoje no Brasil existem 18 LGBTQIAPN+ como deputados estaduais e federais e senadores eleitos em outubro do ano passado, como aponta um levantamento da ONG VoteLGBT, que monitora e mapeia candidaturas dessa população em todo o país.

Pela primeira vez na história, o Brasil tem duas deputadas federais trans: Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP). Juntam-se a elas, na bancada LGBTQIA+, Dandara (PT-MG), que é bissexual, e Daiana Santos (PCdoB-RS), lésbica. Dos 18 eleitos, a maioria é mulher e apenas dois são homens. Todos são filiados a partidos de centro, centro-esquerda e esquerda.

### **STF reconhece ofensa contra LGBTQIAPN+ como injúria racial**

Uma semana após as ameaças às parlamentares, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu os atos de homofobia e transfobia como crime de injúria racial, por nove votos a um, em 21 de agosto. O reconhecimento foi solicitado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), que argumentou que a equiparação é essencial para garantir a proteção não apenas das pessoas LGBTQIAPN+, mas também do coletivo como um todo.

A associação também afirmou que instâncias judiciárias de níveis inferiores frequentemente interpretam que "ofensas homotransfóbicas de natureza racial proferidas contra grupos LGBTQIA+ se configuram como racismo, mas quando tais ofensas são direcionadas a um indivíduo pertencente a esse grupo vulnerável, elas não são consideradas como crime de injúria racial".

De acordo com a perspectiva do ministro Edson Fachin, a injúria racial é considerada uma forma específica do crime de racismo, e a determinação da Suprema Corte não deve ser limitada. A punição para esse comportamento oscila entre 2 e 5 anos de detenção.

"Entendo que a interpretação hermenêutica que restringe sua aplicação aos casos de racismo e mantém desamparadas de proteção as ofensas racistas perpetradas contra indivíduos da comunidade LGBTQIA+, contraria não apenas o acórdão embargado, mas toda a sistemática constitucional", decidiu Fachin.

Data da notícia: **27/08/2023**

## **Título: PGR aciona STF contra lei que instituiu o 8 de janeiro como 'Dia do Patriota' em Porto Alegre: 'Inadmissível'**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/27/pgr-aciona-stf-contra-lei-que-instituiu-o-8-de-janeiro-como-dia-do-patriota-em-porto-alegre-inadmissivel>

A Procuradoria-Geral da República (PGR) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) em petição para tornar inconstitucional a lei aprovada pela Câmara Municipal de Porto Alegre (RS) que instituiu o dia 8 de janeiro como "Dia do Patriota" na capital gaúcha. Nunca é demais lembrar que foi em 8 de janeiro de 2023 que golpistas bolsonaristas atacaram os edifícios do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do próprio Supremo.

O pedido da PGR foi assinado pelo procurador-chefe Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos (GCAA). O grupo foi criado em resposta ao golpismo, e foi lançado três dias após os ataques em Brasília.

No pedido ao Supremo, a PGR afirma que a lei "correlaciona e vincula esse importante valor cívico [patriotismo] aos atos antidemocráticos e de vandalismo ocorridos na referida data, com o dissimulado objetivo de exaltar e de comemorar práticas que atentaram de forma direta e contundente contra o regime democrático brasileiro".

Além de tirar o valor da lei aprovada pelo legislativo portoalegrense, a PGR pretende que o Supremo crie uma tese jurídica para reconhecer a inconstitucionalidade de atos do poder público em geral que estimulem ou incentivem comemoração dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

"É inadmissível a elaboração de leis imorais e antirrepublicanas, cujo propósito seja exaltar e comemorar a prática de atos contrários ao Estado Democrático de Direito. Tais atos, em lugar de serem estimulados, exaltados e promovidos, importam ser devidamente sancionados e punidos com os rigores da lei pelas autoridades competentes", prossegue a petição.

Neste sábado (26), o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse acreditar que a queda da lei "é uma questão de tempo". Em postagem no X (antigo Twitter), Dino disse que a legislação

"afrenta os princípios da moralidade, da forma republicana, do sistema representativo e do regime democrático".

Segundo o site *G1*, a Advocacia-Geral da União (AGU) vai fazer pedido semelhante ao STF. "A Advocacia-Geral também prepara uma nova ação a ser ajuizada na próxima semana na Suprema Corte por meio da qual também questionará aspectos flagrantemente inconstitucionais da lei aprovada pelo legislativo do Rio Grande do Sul", diz enviada pela AGU ao site.

A Câmara Municipal de Porto Alegre afirmou que não foi notificada pela Justiça sobre o tema, e que, se for o caso, serão cumpridas as decisões judiciais. "Já existem projetos tramitando no legislativo, que visam alterar ou revogar a lei em questão. De qualquer forma, se houverem liminares ou qualquer outros instrumentos legais, a Câmara atuará para cumpri-los e para colaborar na construção de saídas coletivas, democráticas e legais para a questão", diz nota oficial.

### **Vereador que propôs a lei foi cassado**

A iniciativa de proposição da lei foi do vereador bolsonarista e policial penal Alexandre Bobadra (PL) que, para ser aprovada, contou com a inação do prefeito Sebastião Melo (MDB), também aliado de primeira hora do bolsonarismo.

A proposta transitou por comissões permanentes da Casa no segundo trimestre de 2023 e seguiu para sanção do prefeito em junho. Melo se manteve em silêncio e, assim, o texto retornou à Câmara e, nas mãos do seu presidente, Hamilton Sossmeier (PTB), acabou promulgado.

O que já seria constrangedor por si só, aumentou com o fato de que Bobadra teve seu mandato cassado neste mesmo mês pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Por cinco votos contra um, o tribunal acatou a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) apresentada por três ex-candidatos do próprio partido do vereador punido.

Eles acusaram Bobadra de cometer abuso de poder econômico nas eleições de 2020, "decorrente da concentração de recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (...), em prejuízo aos demais candidatos". À época, o acusado e seus acusadores concorriam pelo PSL. O proponente foi cassado, mas sua proposta prosseguiu tramitando.

Como se fosse pouco, tudo se tornou ainda mais embaraçoso porque, em junho, o mesmo Sossmeier promulgou a Lei nº 13.496. Ela abonou o 8 de janeiro como o Dia em Defesa da Democracia, já incluída no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização de Porto Alegre. O projeto foi apresentado pelo vereador Aldacir Oliboni (PT).

Data da notícia: **27/08/2023**

**Título: STF aceita ação que denuncia violência policial contra indígenas Guarani Kaiowá; Zanin e ministros indicados por Bolsonaro votam contra**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/27/stf-aceita-acao-que-denuncia-violencia-policial-contra-indigenas-guarani-kaiowa-zanin-e-ministros-indicados-por-bolsonaro-votam-contra>

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou uma ação proposta pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) em denúncia a violação de preceitos constitucionais e violência policial contra comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Marcado pelas posições conservadoras em seu primeiro mês de atuação no Supremo, o ministro Cristiano Zanin foi um dos que votaram contra.

A votação, realizada no plenário virtual do STF, analisava uma decisão anterior do ministro Gilmar Mendes, que, em decisão provisória, havia interrompido a ação. Além de Zanin, mais recente indicado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao STF, concordaram com Gilmar os dois indicados por Jair Bolsonaro (PL) à Corte: Nunes Marques e André Mendonça.

Os votos de Rosa Weber, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Dias Toffoli garantiram o avanço da ação. A Apib alega que indígenas da etnia Guarani-Kaiowá são vítimas de violações sistêmicas decorrentes da ausência de demarcação da terra que ocupam.

A associação afirma que o governo estadual do Mato Grosso do Sul adota uma política de segurança pública que desconsidera e desrespeita os direitos fundamentais dos povos indígenas, além de usar a Polícia Militar (PM) para realizar ações violentas e ilegais de desocupação.

Na ação encaminhada ao Supremo, a Apib pede que o estado seja obrigado a elaborar um plano de controle de direitos humanos, com medidas objetivas; que as operações policiais sejam informadas com antecedência mínima de 24 horas; e que helicópteros deixem de ser usados por atiradores, entre outras demandas.

Data da notícia: **28/08/2023**

**Título: Além das joias: relembre outros casos em que Bolsonaro é alvo de investigações**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/alem-das-joias-relembre-outros-casos-e-m-que-bolsonaro-e-alvo-de-investigacoes>

O escândalo da venda ilegal de joias pode levar Jair Bolsonaro (PL) à prisão. Mas o ex-presidente não responde somente a este caso. O processo corre dentro do inquérito das milícias digitais no Supremo Tribunal Federal (STF), que também tem outras quatro linhas de investigações: os atos antidemocráticos, os ataques ao processo eleitoral, a disseminação de desinformação durante a pandemia e a tentativa de golpe de Estado. Há também inquérito sobre o suposto envolvimento do capitão reformado em um esquema de fraude nos seus registros de vacinação contra a covid-19, usado em viagens ao exterior.

**Relembre os casos:**

**As joias**

A Polícia Federal (PF) confirmou que o ex-presidente tinha conhecimento das tentativas de seus aliados de vender as joias presenteadas ao Brasil por delegações estrangeiras. As mensagens encontradas no celular apreendido do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, confirmam que o ex-mandatário sabia das negociações.

No último dia 17, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Jair Bolsonaro e de sua esposa, Michelle

Bolsonaro, com o objetivo de identificar se o dinheiro adquirido com a venda de joias da Presidência foi repassado ao ex-presidente.

A decisão de Moraes ocorreu no mesmo dia em que o advogado do tenente-coronel Mauro Cid, Cezar Bittencourt, informou que seu cliente admitiria que vendeu as joias da Presidência da República a mando de Bolsonaro e que teria entregado em espécie o dinheiro obtido. O valor pode ter ultrapassado R\$ 1 milhão.

Segundo a corporação, foi montada uma ofensiva para driblar o registro dos presentes pelo setor do Palácio do Planalto responsável por catalogar os objetos. Fariam parte do esquema o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid; seu pai, o general da reserva Mauro César Lourena; o segundo-tenente do Exército Osmar Crivelatti, braço direito de Mauro Cid; e o ex-advogado da família Bolsonaro Frederick Wassef.

Eles foram alvo de uma operação da PF – batizada de Lucas 12:2, em referência ao versículo da Bíblia que diz "não há nada escondido que não venha a ser descoberto, ou oculto que não venha a ser conhecido" –, deflagrada em 11 de agosto, com mandados de busca autorizados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. Para o magistrado, há indícios de que o esquema foi realizado por determinação de Bolsonaro.

Em nota, a PF afirmou que "há fortes indícios de que os investigados usaram a estrutura do Estado brasileiro para desviar de bens de alto valor patrimonial entregues por autoridades estrangeiras ao Presidente da República (...) com o intuito de gerar o enriquecimento ilícito do ex-presidente Jair Bolsonaro".

Os valores obtidos com as vendas teriam sido "convertidos em dinheiro em espécie e ingressaram no patrimônio pessoal dos investigados, por meio de pessoas interpostas e sem utilizar o sistema bancário formal, com o objetivo de ocultar a origem, localização e propriedade dos valores".

A Polícia Federal também está compartilhando todos os detalhes da investigação com o FBI, a agência federal de polícia dos Estados Unidos. Isso pode fazer com que Jair Bolsonaro, Mauro Cid e Mauro César Lourena sejam submetidos a investigações no país da América do Norte por possíveis infrações financeiras, como lavagem de dinheiro e utilização de contas bancárias para esconder valores ilícitos. Além disso, o FBI deverá conduzir investigações sobre as empresas, lojas e indivíduos que adquiriram as joias, a fim de determinar se tinham ciência da origem ilegal dessas peças.

## **Inquérito das milícias digitais**

A operação de busca realizada em 11 de agosto foi um desdobramento do inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a atuação de milícias digitais, relatado no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Alexandre de Moraes. O inquérito começou a partir da investigação dos atos antidemocráticos de 2020. Segundo a PF, a organização responsável por aqueles atos foi responsável por toda a escalada golpista até chegar aos ataques ao sistema eleitoral em 2022.

No total, o inquérito tem cinco linhas de investigação que se relacionam entre si: os atos antidemocráticos, os ataques ao processo eleitoral, a disseminação de desinformação durante a pandemia, a tentativa de golpe de Estado e o uso do Estado para obter vantagens pessoais, como a venda dos presentes. Todos esses eventos teriam sido mobilizados pelo mesmo grupo de aliados e colegas de Jair Bolsonaro, o que justifica a Operação Lucas 12:2 ter partido do inquérito das milícias digitais.

No caso de suspeita de utilização do aparato estatal para obter vantagens, até o momento não havia evidências suficientes para implicar diretamente Jair Bolsonaro nas investigações. Isso se deve ao fato de que a apuração das transações suspeitas realizadas por membros da equipe liderada por Mauro Cid ainda estava em curso.

As novas descobertas da PF, no entanto, podem implicar Bolsonaro diretamente na comercialização ilegal das joias e outros objetos de valor presenteados ao Estado brasileiro, já que há mensagens que mostram que o ex-presidente teria recebido o dinheiro da venda dos itens.

## **Gabinete do ódio**

Também no âmbito do inquérito das milícias digitais, a Polícia Federal enviou um relatório ao Supremo Tribunal Federal (STF) no qual aponta para a existência de uma milícia digital responsável por um “gabinete do ódio” que atuava contra as instituições democráticas do país e opositores.

“Observa-se também que, além de promover ataque aos veículos tradicionais de difusão de informação (jornais, rádio, TV etc.) e de estimular a polarização e o acirramento do debate, a organização utiliza essa estrutura para atacar de forma anônima diversas pessoas (antagonistas políticos, ministros do STF, integrantes do próprio governo, dissidentes etc.), tudo com o objetivo de pavimentar o caminho para alcance dos objetivos traçados (ganhos

ideológicos, político-partidários e financeiros)”, escreveu a delegada da PF Denisse Ribeiro, que assina o documento.

Ribeiro ainda resumiu como se dá a atuação do grupo em quatro processos. O primeiro é a eleição: quando o grupo escolhe quem são os alvos. Depois a preparação, ou seja, a elaboração dos conteúdos a serem publicados. Em terceiro, o ataque em si com a publicação de agressões e notícias falsas. Por fim, o gabinete faz a reverberação, que é o cruzamento das postagens e as retransmissões.

A delegada também informa que o grupo atuou na difusão de informações falsas sobre a pandemia de covid-19. “Como exemplo, entre outros, pode-se citar a questão do tratamento precoce contra a covid-19 com emprego de hidroxicloroquina/cloroquina e azitromicina.”

Apesar de apontar para a existência do gabinete de ódio, a delegada explicou que a investigação deve prosseguir. “Há, da mesma forma, lacunas que precisam ser preenchidas, indicadoras da necessidade de realização de novas diligências voltadas à individualização dos fatos praticados, com indicação de autores e partícipes”, completou a delegada.

### **Ataques ao processo eleitoral**

O ex-presidente já foi condenado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a oito anos de inelegibilidade por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao realizar ataques ao processo eleitoral durante uma reunião com embaixadores pouco antes das eleições de 2022. A propagação de desinformação sobre as urnas eletrônicas, no entanto, também é objeto de investigação no STF no inquérito das milícias digitais.

O ministro Alexandre de Moraes determinou, em maio do ano passado, que as investigações relacionadas aos ataques de Bolsonaro às urnas eletrônicas e à suposta atuação de uma milícia digital contra a democracia fossem conduzidas de forma conjunta.

A decisão foi tomada em resposta a um pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), que argumentou que unificar as duas investigações é essencial antes de tomar uma decisão sobre a possibilidade de denunciar o capitão reformado. O inquérito referente aos ataques proferidos por Bolsonaro ao sistema eleitoral teve início de 2021, após o então presidente ter disseminado informações falsas sobre as urnas durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais.

"A Polícia Federal realizou diversas diligências e concluiu que os elementos de interesse obtidos durante a investigação corroboram a essência da forma de atuar desse grupo de pessoas, em convergência com o modo de agir já apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral por ocasião do inquérito administrativo instaurado também em decorrência da promoção da live", escreveu Moraes à época.

### **Fraude em cartão de vacinação**

De acordo com a Polícia Federal (PF), há indícios de que Bolsonaro sabia do esquema de fraude nos seus registros de vacinação contra a covid-19, já que as carteiras de vacinação dele e de sua filha mais nova contêm registros falsos de imunização. O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e braço direito do ex-presidente, teria sido o coordenador do esquema. Cid está preso desde o dia 3 de maio.

"Jair Bolsonaro, Mauro Cesar Cid e, possivelmente, [o assessor] Marcelo Costa Câmara tinham plena ciência da inserção fraudulenta dos dados de vacinação, se quedando inertes em relação a tais fatos até o presente momento", diz um trecho de uma representação da PF.

O atual assessor do ex-presidente, Max Guilherme Machado de Moura, confirmou em depoimento à Polícia Federal que emitiu um certificado de imunização contra a covid-19 em seu nome, mesmo sem ter se vacinado.

"Da mesma forma que os fatos investigados relacionados a Jair Bolsonaro e sua filha Laura, os elementos informativos colhidos demonstraram coerência lógica e temporal desde a inserção dos dados falsos no sistema SI-PNI [Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações] até a geração dos certificados de vacinação contra a covid-19", disse a PF sobre Moura.

Data da notícia: **28/08/2023**

**Título: Uma em cada 10 menções nas redes sociais a mulheres parlamentares tem algum tipo de violência**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/uma-em-cada-10-mencoes-nas-redes-sociais-a-mulheres-parlamentares-tem-algum-tipo-de-violencia>

Uma em cada 10 menções nas redes sociais a parlamentares mulheres, no Brasil, tem algum tipo de violência. É o que diz o Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais, apresentado pela codiretora executiva da ONG Coding Rights, Mariana Tamari, em audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Combate à Violência Cibernética contra as Mulheres, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na última semana.

O estudo, que analisou menções a 79 deputadas federais e a 12 senadoras da 56ª legislatura (2019 a 2023), será incluído no relatório da CPI, assim como propostas apresentadas por Tamari para diminuir essa estatística.

"É preciso criar diretrizes para documentar esses casos, porque ainda temos poucos dados consolidados. Além disso, é preciso ter protocolos de atuação, pela comissão de ética, para quando os ataques acontecerem. E, por fim, os deputados precisam buscar um canal direto com as plataformas para o caso de contas hackeadas", sugeriu.

Entre os ataques mais frequentes ocorridos com mulheres em cargos políticos estão a desinformação com campanhas de desprestígio, difusão de informação falsa, violação de privacidade com a exposição de dados pessoais, compartilhamentos não consentidos, ofensas com discurso de ódio, *cyber bullying* e contas hackeadas.

Presidente da CPI, a deputada Martha Rocha (PDT) afirmou que uma das maiores dificuldades da comissão, no decorrer das reuniões, é conseguir interlocução com as plataformas onde os conteúdos são veiculados.

"O que vamos buscar é um canal direto de contato com representantes dessas empresas, para que nos ajudem quando os crimes forem cometidos. Quem tem atribuição para legislar sobre o tema é a Câmara dos Deputados, mas isso não impede que a gente apresente, por exemplo, à Procuradoria da Mulher do Congresso, a sugestão de uma atualização da legislação", antecipou a presidente da CPI.

**Período eleitoral**

De acordo com dados da segunda edição da pesquisa Equidade de Gênero na Política, realizada pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, 32% das mulheres já foram discriminadas no ambiente político por conta do seu gênero, enquanto apenas 10% dos homens sofreram discriminação devido ao gênero.

O número de ataques às mulheres que ocupam cargos políticos fica ainda maior nos meses de outubro, em períodos eleitorais, de acordo com Tamari.

"Há um estudo da SaferNet que mostra que nos anos de 2014 e 2018, quando houve eleição para governador, presidente, deputados e senadores, nos meses de outubro, o aumento foi exponencial de casos de violência na internet, principalmente em 2014 onde tínhamos uma presidenta mulher. Conseguimos notar que o problema é estrutural", explicou.

Data da notícia: **28/08/2023**

### **Título: Lula sanciona MP que reajusta salário mínimo e amplia isenção do IR para R\$ 2.640**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/economia/lula-sanciona-mp-que-reajusta-salario-minimo-e-amplia-isencao-do-ir-para-r-2-640/>

O presidente Luiz Inácio de Lula da Silva (PT) sancionou, em cerimônia no Palácio do Planalto nesta segunda-feira 28, a medida provisória que reajusta o salário mínimo para 1.320 reais no País e amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda

Com as mudanças, quem ganha até 2.640 reais por mês não pagará IR, valor que equivale a dois salários mínimos. Antes, a isenção estava fixada em 1.903 reais.

Aprovada no Senado na semana passada, a MP estabelece ainda uma nova política de reajuste do mínimo, que passa a combinar a inflação e a variação positiva do Produto Interno Bruto de dois anos anteriores no processo de definição. Nos anos em que o PIB não crescer, o cálculo será feito com base apenas na inflação.

A política de valorização do salário mínimo terá efeito já no próximo ano. A estimativa do governo é que o mínimo passe a ser de 1.421 reais a partir de janeiro de 2024. O valor, entretanto, só será oficializado quando a inflação oficial de 2023 for confirmada.

O texto original ainda previa a taxação de fundos offshores, mas a medida foi alvo de críticas dos deputados e acabou retirada da proposta por meio de um destaque.

Na mesma cerimônia, Lula ainda assinou uma nova medida provisória para taxar os rendimentos de fundos exclusivos, dos chamados “super-ricos”. O petista também anunciou que encaminhará ao Congresso o projeto de lei sobre a taxação das offshores e trusts que prevê tributação em rendimentos de capital aplicado no exterior.

De acordo com a equipe econômica, essa tributação será usada para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda.

Data da notícia: **28/08/2023**

**Título: PM mata adolescente de 15 anos no litoral de São Paulo; mortes em operação chegam a 23.**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/pm-mata-adolescente-de-15-anos-no-litoral-de-sao-paulo-mortes-em-operacao-chegam-a-23/>

Um adolescente de 15 anos morreu nesta segunda-feira 28 no Guarujá, litoral de São Paulo, após ser baleado por um policial militar.

Com o caso de Gustavo Costa Campos, chegou a 23 o número de mortos na Operação Escudo, deflagrada pela PM paulista no fim de julho, após o assassinato do agente da Rota Patrick Bastos Reis, na mesma cidade.

Segundo a versão oficial, Campos teria fugido após uma abordagem e sacado uma arma. Na sequência, teria sido atingido por um disparo. Ele chegou a ser levado a um hospital da região, mas não resistiu aos ferimentos.

A polícia afirma ter encontrado na mochila dele uma pistola, munições e porções de drogas.

A Operação Escudo, na Baixada Santista, é alvo de denúncias de parentes de pesosas mortas. Os relatos acusam excessos, agressões e prática de tortura por agentes. A conduta dos policiais na ação, considerada a mais letal desde o Massacre do Carandiru em 1996, é investigada pelo Ministério Público.

A Defensoria Pública do estado já pediu o “fim imediato” da intervenção policial na região e defendeu que todos os agentes envolvidos nas mortes de civis fossem afastados temporariamente.

Data da notícia: **28/08/2023**

**Título: Parlamentares apresentam projeto de ‘reparação’ a Dilma: ‘Reconhecimento do golpe’**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/parlamentares-apresentam-projeto-de-reparacao-a-dilma-reconhecimento-do-golpe/>

Vice-líder do governo Lula na Câmara, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou, nesta segunda-feira 28, um projeto de resolução para anular as sessões do Congresso Nacional que cancelaram a cassação do mandato da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

A proposta é assinada por 23 deputados do PT, além do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). A iniciativa é classificada pelo grupo como uma “reparação histórica”.

O texto segue os moldes de uma proposta apresentada em 2013 por Randolfe e pelo senador Pedro Simon (RS) para anular a sessão que destituiu João Goulart da Presidência em 1964, inaugurando a ditadura militar.

“Esse projeto de resolução, que vamos lutar para aprovar no momento adequado, tem um efeito muito importante para a construção da verdadeira história deste País, do reconhecimento de golpe, de atentado à democracia”, declarou. “Agora a gente tem de ver qual é o melhor momento, com uma correlação de forças favorável.”.

O deputado petista disse, ainda, acreditar na possibilidade de aprovar o projeto durante a atual legislatura, até 2026.

No documento, os parlamentares sustentam que Dilma foi derrubada por “hipotético crime de responsabilidade que, sob as perspectivas fática e jurídica, nunca aconteceu” e que a decisão foi tomada por “insatisfação de seus opositores”.

Como justificativa, os parlamentares citam a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de confirmar o arquivamento de uma ação de improbidade contra a ex-presidenta no caso das supostas “pedaladas fiscais”.

“Todavia, torna-se um dever do Congresso Nacional, compromissado com a memória nacional e não apegado aos seus eventuais erros, promover reparação histórica quanto à retirada furtiva e desarrazoada do mandato presidencial de Dilma Vana Rousseff”, diz o projeto de resolução.

Na prática, os deputados buscam a nulidade das sessões deliberativas da Câmara em 17 de abril de 2016 e do Senado em 11 de maio e em 31 de agosto de 2016. Para ser aprovado, o projeto precisa de maioria simples dos votos em plenário.

No último sábado 26, durante uma viagem a Angola, o presidente Lula afirmou ser necessário discutir uma forma de reparar os danos causados a Dilma.

Um dia antes, também em Angola, Lula já havia declarado que “o fato de a presidenta Dilma ter sido absolvida demonstra que o Brasil deve desculpas a ela, porque foi cassada de forma leviana”.

**Assinam a proposta protocolada nesta segunda:**

- Lindbergh Farias (PT-RJ)
- Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT
- José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara
- Zeca Dirceu (PT-PR), líder da bancada
- Senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso
- João Daniel (PT-SE)
- Arlindo Chinaglia (PT-SP)
- Valmir Assunção (PT-BA)
- Jorge Solla (PT-BA)
- Rogério Correia (PT-MG)
- Nilto Tatto (PT-SP)
- Juliana Cardoso (PT-SP)
- Adriana Arcossi (PT-GO)
- José Airton (PT-CE)
- Maria do Rosário (PT-RS)
- Ana Paula Lima (PT-SC)
- Bohn Gass (PT-RS)
- Jack Rocha (PT-ES)
- Tadeu Veneri (PT-PR)
- Jilmar Tatto (PT-SP)
- Padre João (PT-MG)
- Washginton Quaquá (PT-RJ)
- Dilvanda Faro (PT-PA)
- Luiziane Lins (PT-CE)

Data da notícia: **29/08/2023**

**Título: Lula propõe a criação de novo ministério para cooperativas, pequenas empresas e empreendedores individuais**

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-propoe-a-criacao-de-novo-ministerio-par-a-cooperativas-pequenas-empresas-e-empreendedores-individuais/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs a criação de um ministério da pequena e média empresa, das cooperativas e dos empreendedores individuais.

A declaração foi dada em meio as negociações para uma reforma ministerial que deve incluir o PP e o Republicanos na esplanada dos ministérios.

A fala de Lula aconteceu durante a transmissão do “Conversa com o Presidente”, live semanal do mandatário.

“Nós vamos criar, eu estou propondo a criação do ministério da pequena e média empresa, das cooperativas e dos empreendedores individuais. Para que tenha um ministério específico para cuidar dessa gente que precisa de crédito e de oportunidade”, afirmou o presidente.

Lula não indicou quem assumiria a pasta, mas respondeu sobre o tema após uma pergunta sobre desenvolvimento e geração de empregos. Segundo o presidente, muita gente que quer emprego com carteira assinada, mas que há outros que querem empreender, e o novo ministério seria um forma de dar ferramentas para ajudar esse público.

Líderes do Centrão ouvidos pela CNN avaliam ser possível bater o martelo no novo desenho da reforma ministerial até amanhã. PP e Republicanos aguardam uma nova rodada de conversas com o presidente Lula.

Há esperanças de que Lula apresente uma nova proposta de redesenho da Esplanada, oferecendo uma solução para o impasse que se instalou nas conversas com o PP.

O partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), seguia reivindicando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o deputado André Fufuca (PP-MA).

Diante da resistência do PT e do próprio Lula em entregar o controle do Bolsa Família, cresceram sugestões para que a pasta seja desmembrada, transferindo o programa social para a Gestão, de Esther Dweck. Mas a tese de desmembramento desagrada ao governo.

Uma ideia que circula nos bastidores é tentar convencer o PP a aceitar o Ministério da Ciência e Tecnologia – hoje comandado por Luciana Santos, do PCdoB -, além do comando da Caixa Econômica Federal. Luciana seria transferida para o Ministério das Mulheres.

A pasta da Ciência chegou a ser oferecida a Márcio França, que provavelmente terá de ceder o Ministério de Portos e Aeroportos ao deputado Silvio Costa Filho (PP-PE).

Mas França, segundo interlocutores, mostrou-se resistente à ideia. Se o PP aceitar a pasta da ciência, o governo pode entregar o Ministério da Micro e Pequena Empresa, anunciado por Lula, para França na Esplanada.

Esse desenho é apenas uma das propostas em discussão nos bastidores. Na avaliação de congressistas diretamente envolvidos nas negociações, há a avaliação de que Lula pode, inclusive, trazer novas sugestões para a mesa de negociação. O Ministério do Esporte, por exemplo, também segue sendo citado com frequência nas conversas sobre a nova Esplanada.

Data da notícia: **29/08/2023**

### **Título: Lideranças indígenas convocam mobilização contra o Marco Temporal e pressionam Zanin**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/liderancas-indigenas-convocam-mobilizacao-contr-o-marco-temporal-e-pressionam-zanin/>

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil convocou uma mobilização nacional contra o Marco Temporal para esta quarta-feira 30, dia em que o Supremo Tribunal Federal retomará o julgamento sobre a aplicação da tese.

As manifestações ocorrerão em diversos estados e nas redes sociais, embora os locais dos acampamentos oficiais ainda não tenham sido divulgados.

Os atos também pressionam o ministro Cristiano Zanin, indicado ao STF pelo presidente Lula. Na semana passada, o magistrado votou contra a ADPF 1059, a questionar a ação policial contra indígenas em Mato Grosso do Sul.

Em nota, a Apib expressa preocupação com a manifestação de Zanin em relação aos direitos indígenas, classificada como um “equivoco técnico”.

“Consideramos haver um desarranjo nas expectativas referente ao presidente Lula e suas indicações para o Supremo. Entendemos como absurda a postura, pois a ADPF propõe a investigação das violências historicamente cometidas contra os Guarani e Kaiowá”, diz um trecho. A nota compara a posição de Zanin ao voto de Kássio Nunes Marques a favor do Marco Temporal.

O julgamento foi paralisado com o placar de 2 a 1 contra o Marco Temporal. Votaram para refutar a tese o relator, Edson Fachin, e o ministro Alexandre de Moraes.

A tese em discussão no Supremo estabelece que indígenas só poderão reivindicar terras que já estivessem em sua posse na data da promulgação da Constituição de 1988.

Na segunda-feira 28, uma comitiva formada por lideranças indígenas de Roraima foi até o STF, em Brasília, para pedir que Zanin vote contra o Marco Temporal.

Na semana passada, a Comissão de Agricultura do Senado deu aval ao PL do Marco Temporal, com 13 votos favoráveis e três contrários. A proposta foi aprovada pela Câmara em maio e tramita na Casa Alta simultaneamente ao julgamento no STF.

Com caráter de repercussão geral, a votação na Corte decidirá se a aplicação da tese do Marco Temporal é válida ou não em todas as instâncias do Judiciário.

Data da notícia: **29/08/2023**

**Título: Lula diz que tributação aos super-ricos pode ‘consertar o Brasil’**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-diz-que-tributacao-aos-super-ricos-pode-consertar-o-brasil/>

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e a taxação de fundos exclusivos e offshores compõem o primeiro passo para “consertar o Brasil”. A declaração foi dada durante a edição desta terça-feira 29 do programa “Conversa com o Presidente”.

“Vai ter um ou outro que vai gritar, mas é assim que a gente vai consertar o Brasil”, afirmou Lula, ao se referir ao fato de que o governo assinou uma Medida Provisória (MP) que tem como objetivo estabelecer uma tributação de 15% a 25%, duas vezes ao ano, sobre o rendimento de fundos exclusivos que exigem aportes acima de 10 milhões de reais.

“Essas pessoas ganham muito dinheiro e não pagam nada. O estado de bem-estar social que existe na Europa é feito porque há uma contribuição mais justa”, pontuou Lula.

Fundos exclusivos são feitos de modo personalizado para o investidor cotista. No Brasil, os impostos são pagos apenas quando se faz o resgate da aplicação. Segundo dados do governo federal, apenas cerca de 2,5 mil brasileiros possuem recursos aplicados em fundos desse tipo, que possuem custos de manutenção na casa dos 150 mil reais por ano.

Em relação aos fundos offshore, o governo enviou ao Congresso um projeto que pretende taxar os lucros desses fundos em até 22,5% ao ano.

Ao tratar do tema na entrevista de hoje, o presidente afirmou que tem como objetivo criar uma “sociedade de padrão classe média”. “Quem tem mais, paga mais; quem tem menos, paga menos. Esse é o mundo que precisamos construir no Brasil”, disse Lula.

Data da notícia: **30/08/2023**

**Título: Pec para barrar militares na ativa das eleições não deve valer em 2024**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/pec-para-barrar-militares-da-ativa-nas-eleicoes-nao-deve-valer-para-2024/>

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse estar “praticamente descartada” a possibilidade de a PEC formulada para impedir a participação de militares da ativa em eleições valer já para o pleito municipal de 2024.

A proposta, a ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos dias, estabelece que um militar será transferido para a reserva no ato do registro de sua candidatura. Atualmente, ele pode voltar ao quartel caso não seja eleito.

“Inclusive no texto está dito que ela não vale para eleições que aconteçam até um ano depois da aprovação. Então, praticamente essa hipótese está descartada”, disse Wagner nesta quarta-feira 30. “Porque, daí que ela circule em uma Casa e na outra e possa ser promulgada pelo Congresso Nacional, seguramente será dentro de outubro. E, portanto, não alcançará a eleição municipal do ano que vem.”

O governo decidiu “suavizar” a PEC a fim de facilitar sua aprovação pela Câmara e pelo Senado. A versão original, a que CartaCapital teve acesso, impedia a nomeação de militares da ativa para cargos de ministros de Estado. Esse dispositivo, porém, será retirado da redação a ser encaminhada ao Congresso.

Data da notícia: **30/08/2023**

**Título: Grupos neonazistas participaram de articulação dos atos golpistas, revela relatório da Abin**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/grupos-neonazistas-participaram-de-articulacao-dos-atos-golpistas-revela-relatorio-da-abin/>

Grupos neonazistas, que contavam com a presença de supremacistas brancos e se identificavam através da bandeira que simboliza a ideologia capitaneada por Adolf Hitler, buscaram se associar aos movimentos golpistas que eclodiram no país após o resultado das eleições de 2022. É o que aponta um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), revelado nesta quarta-feira 30 pelo jornal O Globo.

De acordo com a publicação, a Abin identificou cinco comunidades do aplicativo de mensagens Telegram, que reuniram, no total, 2.800 membros. A ideia dos grupos era estimular “narrativas de deslegitimação” das instituições, segundo o órgão.

O relatório da Abin foi elaborado entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 2022. O período, vale destacar, foi marcado pelo crescimento da tensão social no país, com diversos casos de manifestantes bolsonaristas fechando estradas e ocupando QGs do Exército, na exigência de uma atuação contra o resultado legítimo que deu a vitória a Lula (PT) contra Jair Bolsonaro (PL).

Até o início do ano passado, as células neonazistas tinham experimentado um expressivo crescimento no País. Estimuladas pelo discurso de ódio vigente no Brasil, em razão da ascensão da extrema-direita, esses grupos cresceram mais de 270%, desde 2019, segundo um estudo elaborado pela antropóloga Adriana Dias, ex-professora da Unicamp.

Após as eleições de 2022, houve, segundo a Abin, um aumento do engajamento dos grupos.

“Até o pleito eleitoral de 2022, não se identificava histórico de envolvimento sistemático de grupos supremacistas e neonazistas com pautas políticas e manifestações.

Apesar disso, em monitoramento de grupos virtuais utilizados para disseminação de conteúdo supremacista na conjuntura eleitoral, observou-se aumento da interação e da visualização”, aponta o relatório.

Entre os eixos de atuação dos grupos neonazistas após as eleições, segundo a Abin, estão o levantamento de suspeitas sem provas de fraude nas urnas, apoio aos bloqueios em estradas e a disseminação de panfletos fazendo referência à “luta contra comunistas”

Data da notícia: **30/08/2023**

**Título: Trabalhadores por aplicativos preparam novo breque nacional; entenda demandas da greve**

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/30/trabalhadores-por-aplicativos-preparam-novo-breque-nacional-entenda-demandas-da-greve>

Tendo em vista o crescimento, as características precárias e a ausência de qualquer tipo de proteção social aos trabalhadores subordinados às plataformas digitais, o governo federal constituiu um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do governo, do patronato e dos trabalhadores para levantar propostas que subsidiarão uma legislação específica à regulamentação desse tipo de trabalho.

Desde os primeiros encontros do GT, os representantes dos trabalhadores por aplicativos têm dialogado e encontrado consenso em torno de propostas não apenas voltadas a um valor mínimo pela jornada de trabalho, mas também com relação à transparência algorítmica dos dados e às regras impostas unilateralmente pelas empresas.

No penúltimo encontro, ocorrido no mês de julho, a bancada dos trabalhadores – composta por dirigentes de sindicatos oficiais e extraoficiais, membros de associações e lideranças locais –, conseguiu pressionar as empresas para que assumissem o compromisso de apresentarem listas com os custos de trabalho, permitindo, desta forma, quantificar o mínimo que todo trabalhador deve ganhar diante dos custos gerais que existem com a realização do trabalho.

Ocorre que na última reunião do GT, na terça-feira, 29 de agosto, os representantes das empresas donas das plataformas digitais apresentaram propostas consideradas pelos representantes dos trabalhadores como “defasadas” – contendo dados que não condizem com a realidade precária desses trabalhadores e que rebaixam os seus orçamentos e condições de trabalho.

Em seu site oficial, a Federação Brasileira de Motociclistas Profissionais (Febramoto) afirma que se caso não haja entendimento ou contraproposta por parte dos representantes das

empresas, haverá uma greve nacional envolvendo todas as entregas feitas por aplicativos digitais: “As associações que representam as empresas de aplicativos estão de brincadeira e não mostrando um pingão de preocupação pelas dificuldades e necessidades que os entregadores estão passando. Já são 120 dias de negociação até aqui, sem nenhum avanço”.

Os representantes das empresas se dividem em duas organizações: a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que reúne empresas como a Amazon, Ifood, Flixbus, Uber, Zé Delivery, Buser, 99 e Lalamove, dentre outras, e o Movimento Inovação Digital (MID), que reúne empresas como o Mercado Livre, GetNinjas, Paypal, Loggi, Movile, Americanas, C6 Bank, Facity, Rappi, OLX e euEntrego.

Em vídeo produzido pela Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), representantes dos trabalhadores apontam que “as empresas apresentaram uma proposta totalmente desrespeitosa, de R\$ 12 por hora efetivamente trabalhada, o que significa ganhar apenas quando se está com o pedido na mochila”. Em outras palavras, essa proposta desconsidera que o tempo parado, esperando a chamada para realização de tarefas, também é tempo de trabalho. Ademais, como os dados das empresas são ocultos, sem nenhuma transparência algorítmica, nada impediria que a totalização das “horas efetivamente trabalhadas” não poderiam ser manipuladas pelas empresas, ao impedir ou dificultar a totalização dessas horas por dia.

No vídeo, representantes dos trabalhadores apontam: “A gente não aceita. A gente acredita que quando o trabalhador vai para a rua, vai para trabalhar. Então, conseqüentemente, ele precisa ganhar por hora logada. Estamos também discutindo a saúde e segurança porque estamos cansados de ver os companheiros morrendo e sendo mutilados no trânsito. Não admitimos mais negociar nesses termos: vamos à rua, mobilizar, fazer pressão nas empresas e no governo, para que a gente consiga as melhorias que a gente quer e que luta a tanto tempo”.

Outros representantes apontam que as propostas estão “muito abaixo daquilo que os trabalhadores querem”, e ressaltam que o “o valor que é ganho não dá nem para fazer a manutenção dos veículos. Tudo está subindo, só o valor [recebido pelos trabalhadores] que abaixa”.

A greve está sendo articulada não apenas pela ANEA e por outras associações de motoristas e entregadores por aplicativos digitais locais, mas também por entidades sindicais de base e de cúpula, por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União

Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical (FS), Intersindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST). Em nota, essas centrais conclamam a sociedade a compreender que esses trabalhadores são “os mais precarizados e que mais sofrem violências e acidentes no trabalho para atender a população”, não contando com “o reconhecimento por parte de seus empregadores”.

O novo breque nacional dos trabalhadores por plataformas digitais, desta vez envolvendo, numa mesma ação coletiva, entregadores e motoristas por aplicativos, vai na esteira das mobilizações por melhores condições de trabalho e aumento dos rendimentos, que ocorrem no país desde meados de 2014, quando essas empresas se instalaram sem nenhuma contrapartida.

Data da notícia: **31/08/2023**

**Título: Caso das joias: Bolsonaro e Michelle optam pelo silêncio em depoimento à PF**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/caso-das-joias-bolsonaro-e-michelle-optam-pelo-silencio-em-depoimento-a-pf/>

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a sua esposa, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, optaram pelo silêncio no depoimento à Polícia Federal, no final da manhã desta quinta-feira 31, sobre a venda ilegal de joias recebidas durante o mandato.

A alegação da defesa do casal é de que o Supremo Tribunal Federal não seria o foro adequado para a tramitação do caso. Com isso, os antigos ocupantes do Planalto irão optar por não fornecer informações para os investigadores federais.

“A procuradoria-Geral da República não reconheceu a competência do STF para receber e julgar os fatos”, diz um trecho da alegação dos advogados da dupla.

Os depoimentos de Jair e Michelle ocorrem simultaneamente nesta quinta. Além deles, a PF ouviu, ao mesmo tempo, os ex-ajudantes de ordens Mauro Cid, Marcelo Câmara e Osmar Crivelatti. O advogado da família, Frederick Wassef, o ex-secretário de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, e o general Mauro Lourena Cid, pai do braço-direito do ex-capitão, fecham a lista de depoentes.

A decisão por colher os depoimentos simultâneos é uma tentativa da PF de evitar uma eventual combinação de versões.

A corporação apura o esquema de venda ilegal de presentes recebidos por Bolsonaro enquanto esteve na Presidência. Boa parte dos objetos deveriam ter sido incorporados ao acervo da União, mas foram negociados nos Estados Unidos. A indicação é de que o esquema aconteceu sob ordens de Bolsonaro. O dinheiro também teria ido para as contas do ex-presidente e de sua esposa.

Data da notícia: **31/08/2023**

**Título: Lula sanciona com vetos novo arcabouço fiscal**

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/economia/lula-sanciona-com-vetos-novo-arcabouco-fiscal/>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou o novo arcabouço fiscal. A normativa foi publicada na edição desta quinta-feira 31 do Diário Oficial da União (DOU). Ao sancionar as regras que substituem o teto de gastos, Lula aplicou dois vetos em relação ao texto aprovado no Congresso.

O primeiro veto diz respeito a uma das regras que determinava as condições para que o gestor público fosse enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao descumprir limite inferior do resultado primário.

Caso Lula não tivesse vetado o trecho, os valores referentes a investimentos do Executivo poderiam ser diminuídos até a mesma proporção da limitação que incide sobre todas as demais despesas discricionárias.

O segundo veto presidencial diz respeito a uma mudança da LRF, que previa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderia tratar da exclusão de quaisquer despesas primárias da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Sobre o primeiro trecho vetado, a justificativa é que a regra poderia gerar “impacto potencial sobre despesas essenciais da União”, uma vez que poderiam tornar mais rígidos os processos de gestão orçamentária. Já o veto ao segundo item se justifica porque, caso fosse sancionado, diminuiria a eficiência econômica na gestão fiscal.

O novo arcabouço fiscal, que foi aprovado no último dia 22 pela Câmara dos Deputados, cria novas regras para a saúde das finanças públicas. Diferentemente do teto de gastos, aprovado durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), o novo arcabouço determina que as despesas públicas poderão crescer acima da inflação, contanto que estejam dentro da margem que vai de 0,6% a 2,5% de crescimento real ao ano.